



Universidade Federal do Pampa

**CAMPUS SÃO BORJA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
Mestrado Profissional**

CAROLINE SANTOS DA ROSA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS EQUIPES VOLANTES EM
TERRITÓRIOS RURAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO**

São Borja – RS
2022

CAROLINE SANTOS DA ROSA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS EQUIPES VOLANTES EM TERRITÓRIOS RURAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Junior Clemente

Linha de Pesquisa: Análise de programas, projetos e políticas governamentais.

São Borja - RS
2022

RR788dd Rosa, Caroline Santos da Rosa

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS EQUIPES VOLANTES EM
TERRITÓRIOS RURAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO / Caroline Santos da
Rosa Rosa.

70 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Pampa, MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2022.

"Orientação: Augusto Júnior Clemente Clemente".

1. Equipe Volante. 2. Territórios Rurais. 3.
Sistema Único de Assistência Social. I. Título.

CAROLINE SANTOS DA ROSA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS EQUIPES VOLANTES EM
TERRITÓRIOS RURAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
UMA REVISÃO DE ESCOPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 29 de julho de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Augusto Junior Clemente
Orientado(UFPR)

Prof.^a Dra. Solange Emilene Berwig
(Unipampa)

Prof. Dr. Muriel Pinto
(Unipampa)

Prof.^a Dra. Elisângela Maia Pessoa

(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **Augusto Junior Clemente, Usuário Externo**, em 02/08/2022, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/08/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ELISANGELA MAIA PESSOA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/08/2022, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/08/2022, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0883471** e o código CRC **1B9BC09F**.

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus em primeiro lugar, depois à Unipampa por me proporcionar à possibilidade de me graduar e pós graduar e ao meu orientador, Augusto Junior Clemente, que é o professor mais humano que conheci até hoje, me deu a oportunidade de me desafiar e me ofereceu força e incentivo para não desistir da caminhada.

“Eu aprendi que a coragem não é a ausência do medo, mas sim o triunfo sobre ele. **O homem corajoso não é aquele que não sente medo, e sim, aquele que vence esse medo.**”
Nelson Mandela

RESUMO

A dissertação investiga de que forma as equipes volantes vêm implementando o Sistema Único de Assistência Social em territórios rurais. Tem como objetivo geral analisar as principais confluências científicas referentes aos problemas de implementação e possibilidades de intervenção da equipe volante em territórios rurais, com o intuito de dar visibilidade aos serviços prestados pelas equipes, sendo este um serviço que atende as áreas de difícil acesso. A metodologia utilizada é uma revisão de escopo, que é um método que visa mapear a literatura de modo a identificar suas lacunas e desdobramentos futuros referente ao tema proposto. A literatura foi pesquisada nas bases eletrônicas bibliográficas Scopus, Web of Science, Google Scholar e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados encontrados apontam que as equipes volantes enfrentam desafios para sua implementação, tais como: a ausência de recursos humanos, materiais, bibliografia acadêmica e a ausência de distinção entre o meio urbano e o rural. Quanto às possibilidades de implementação, destaca-se o acesso de usuários aos serviços socioassistenciais, a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e o trabalho em rede.

Palavras-chave: Assistência Social. Equipe Volante. Revisão de Escopo. Sistema Único de Assistência Social. Territórios rurais.

ABSTRACT

This dissertation investigates the way steering teams are implementing the Social Assistance System in rural zones. The objective is to analyze the main scientific confluences regarding to the steering team's implementation problems and intervention possibilities in rural areas, in order to provide visibility to the services offered by the teams, which attend the hard-to-reach areas. The methodology used is the scope review, which is a method that maps the literature to identify its gaps and unfolding regarding to the subject. The literature was searched in Scopus, Web of Science, Google Scholar and CAPES Bank of Theses and Dissertations, all bibliographical electronic bases. The results indicate that steering teams face challenges to implement the system, such as lack of human, material, and academic bibliography resources, and lack of distinction between urban and rural areas. Regarding to the possibilities of implementation, the access to social assistance service users, the offer of coexistence and strengthening of bonds service and the network can be enlightened.

Keywords: Social assistance. Steering team. Scope review. Social Assistance System. Rural areas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização da V conferência Nacional de Assistência Social e plano decenal destacando territórios rurais.....	21
Quadro 2 – Equipe Volante e sua configuração.....	23
Quadro 3 – Organização dos serviços do SUAS - Proteção Social Básica	26
Quadro 4 – Tipo de Revisão.....	32
Quadro 5 – Filtros de Busca	35
Quadro 6 – Critérios de Seletividade.....	35
Quadro 7 – Formulário de avaliação da qualidade.....	37
Quadro 8 – Formulário de extração de informações.....	39
Quadro 9 – Fontes.....	40
Quadro 10 – Manuscritos selecionados para extração de informações.....	42
Quadro 11 – Problema de pesquisa e desenho de pesquisa, métodos/tipo de estudo.....	43
Quadro 12 – Principais resultados e limites/vieses.....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Normas federais que regulamentam o PNAS	19
Figura 2 – Configurações do SUAS	20
Figura 3 – Ciclo de implementação do SUAS em territórios rurais.....	25
Figura 4 – Literatura de interesse.....	33
Figura 5 – Fluxograma Prisma.....	38
Figura 6 – Fluxograma Prisma.....	41
Figura 7 – Principais concordâncias nos limites de implementação pelos autores analisados....	52
Figura 8 – Concordância nas possibilidades de implementação de equipes volantes.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A EQUIPE VOLANTE NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ..	17
2.1 O MOVIMENTO PELO USO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NA FORMULAÇÃO, AVALIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	27
3 FONTES, MATERIAIS E MÉTODOS	29
3.1 UMA TIPOLOGIA DE REVISÕES DE LITERATURA.....	29
3.2 <i>STRING</i> DE BUSCA	32
3.3 BASES DE BUSCA E FONTES	34
3.4 ESTRATÉGIAS DE BUSCA DOS DOCUMENTOS	34
3.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	35
3.6 A SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS	36
3.7 O SOFTWARE <i>START</i> PARA REVISÕES SISTEMÁTICAS	36
3.8 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ESTUDOS	36
3.9 O FLUXOGRAMA PRISMA	38
3.10 FORMULÁRIO DE EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	38
4 RESULTADOS	40
5 DISCUSSÃO	48
5.1 DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO EM TERRITÓRIOS RURAIS	48
5.2 RELAÇÃO URBANO-RURAL.....	49
5.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	49
5.4 INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	50
5.5 RECURSOS HUMANOS	50
5.6 PREVALÊNCIA DE MULHERES	51
5.7 ROMPIMENTO COM PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS.....	52
5.8 ACESSO À SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	53
5.9 TRABALHO EM REDE	54
5.10 COBERTURA NO ATENDIMENTO A ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO	54
5.11 AÇÕES PREVENTIVAS.....	55
5.12 BUSCA ATIVA	55
5.13 A CATEGORIA TERRITÓRIO	56
6 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS	60

ANEXO I.....	65
ANEXO II.....	70

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado em 15 de julho de 2005, através do Conselho Nacional de Assistência Social. A gestão desse sistema é feita de forma descentralizada pelos municípios, estados e Distrito Federal.

O SUAS é um marco na conquista dos usuários da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) criada em 2004, uma vez que foi criado por meio das conferências de assistência social (municipais, estaduais e federais). Ele tenta romper com a lógica assistencialista e ações fragmentadas no âmbito da política social, oferecendo o acesso a benefícios, programas e projetos socioassistenciais divididos em proteção social básica e especial.

Dentro da proteção social básica consta como serviço a equipe volante: um grupo de profissionais adicional ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com a finalidade de atender áreas de difícil acesso, ou seja, os territórios onde o CRAS não consegue chegar. Neste trabalho, por meio de uma revisão de escopo de literatura - que visa mapear que as publicações científicas vêm discutindo sobre um determinado assunto (CODATO, LORENCETTI, PRATA, 2021) - será analisado a atuação da equipe volante em territórios rurais, sendo essa uma das áreas de difícil acesso que ela operacionaliza o SUAS.

Na fase da implementação de políticas públicas é importante “visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer nessa fase do processo” (...) “também significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerados” (SECCHI, 2014, p. 45).

O processo de implementação de uma política pública pode envolver diversos atores e em níveis governamentais diferenciados e organizações com interesses distintos, com intuito de construir arranjos interorganizacionais para direcionamento de ações governamentais específicas, sendo que sua estrutura e suas formas de interação influenciam em seu desempenho: “A implementação como fase do ciclo de políticas públicas, consiste no desafio de transformar intenções gerais em ações e resultados” (BARBOSA, 2016, p. 47).

Neste sentido, analisar a implementação do SUAS por intermédio da equipe volante pode contribuir para aperfeiçoar a garantia da fruição de direitos sociais de populações que residem em áreas remotas.

Importante ressaltar que no âmbito dos municípios, para a implementação da Política de Assistência Social, é obrigatória a existência do Conselho Municipal de Assistência Social, o Plano Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social, para então,

dar-se a implementação da política. Os municípios devem organizar-se com legislação municipal do SUAS, constando como está organizada essa política pública no município.

O primeiro estágio de implementação do SUAS pode ser considerado o período marcado pela aprovação da Norma Operacional Básica de Assistência Social, NOB/SUAS/05, e da NOB/RH/06, até a recente regulamentação do SUAS pela Lei 12.435/11, quando ele passa a integrar plenamente o escopo da Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, atualizando-se (SILVEIRA, 2011). Posteriormente, em 2014, foi lançado pelo governo federal a tipificação dos serviços assistenciais, bem como cartilhas de orientações técnicas para os municípios implementarem o SUAS de acordo com suas normativas.

A partir de então, para aprimorar a implementação, foi delegado aos municípios o pacto de aprimoramento da gestão dos estados e Distrito Federal com as equipes técnicas nos equipamentos públicos estatais e serviços socioassistenciais, considerando patamares relativos aos níveis de gestão e ordenando a estruturação de condições mínimas de funcionamento das instâncias para operacionalização do SUAS nos municípios (SILVEIRA, 2011).

Nesse mesmo período, em 2011, a equipe volante foi instituída, por meio de portaria, para implementar o SUAS em áreas de difícil acesso (territórios rurais, quilombolas, indígenas etc.) sendo esta, uma equipe adicional do CRAS.

Por essa perspectiva, a delimitação do problema desta pesquisa visa questionar: de que forma a equipe volante vem implementando o SUAS em territórios rurais? O objetivo geral é mapear as evidências científicas referentes aos problemas de implementação e possibilidades de intervenção da equipe volante em territórios rurais.

Para atingir essa meta os objetivos específicos configuram-se em: (i) identificar os principais problemas e desafios de implementação da equipe volante em territórios rurais; (ii) mapear quais as possibilidades de intervenção exitosa da equipe volante em territórios rurais; (iii) oferecer evidências que forneçam melhores subsídios aos gestores públicos de todos os escalões envolvidos com a política de assistência social em territórios rurais.

Desta forma, a pesquisa centra-se em buscar subsídios científicos que possam ser transformados em ações que visem fortalecer os serviços, programas, projetos e benefícios que são executados pela SUAS, conseqüentemente, propiciando visibilidade acerca da sua importância para o atendimento das necessidades humanas em territórios rurais.

A perspectiva instaurada com a PNAS (2004), buscou apreender a assistência social, enquanto política pública, que visa materializar direitos sociais, tendo como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade. A grande aposta é que esta política pública se fortaleça por meio de um trabalho direcionado para o fortalecimento e

autonomia do sujeito, bem como a superação da precarização dos serviços prestados a quem dela necessitar.

Essas medidas tratam, efetivamente, de operar um modelo de provisão da política de assistência social que responda às necessidades individuais e coletivas das famílias e indivíduos. O foco dos serviços, programas, projetos e benefícios é basicamente a centralidade familiar, ou seja, a busca de sua autonomia e fortalecimento (SUAS, 2005).

Dessa forma, mapear os problemas de implementação da equipe volante em territórios rurais, bem como as possibilidades de intervenção com base em evidências científicas que colaborem para informar e desenhar políticas públicas, se faz relevante tanto para gestores públicos quanto para a produção do conhecimento acadêmico.

A metodologia desta dissertação, a revisão de escopo, busca mapear o que está sendo discutido sobre o tema proposto na pesquisa, bem como apontar lacunas dessa discussão. O método serve para o “reconhecimento do terreno”, base para futuras pesquisas empíricas e para revisões sistemáticas da literatura.

Almeja-se trazer contribuições, não apenas ao público acadêmico, mas aos formuladores de políticas, aos burocratas, representantes políticos e a sociedade de modo geral, que podem apoiar-se nos resultados e discussões apresentados como suporte ao planejamento da intervenção social.

A seguir, será apresentada a contextualização da equipe volante dentro da PNAS e como que o debate em torno das Políticas Públicas baseadas em Evidências (PPBE) pode somar ao objetivo de aprimoramento de políticas sociais. Em seguida, detalhar-se-á a metodologia da pesquisa e serão apresentados os principais resultados que, após uma busca extensa e sistematizada, encontrou oito publicações que atendiam aos critérios de inclusão e respondiam ao problema de pesquisa. Por fim, proceder-se-á à discussão dos resultados e, por fim, serão tecidas as conclusões desta dissertação.

2 A EQUIPE VOLANTE NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para iniciar a discussão sobre a trajetória da PNAS e compreender a implementação e oferta de serviços assistenciais, primeiramente deve-se destacar a Constituição Federal de 1988 que normatiza os direitos sociais após uma conquista histórica das lutas sociais pela garantia e ampliação dos direitos no Brasil pós-ditadura militar.

Consequentemente, houve uma transformação significativa na forma como a Política de Assistência Social passou a ser concebida no país, uma vez que passou a fazer parte do tripé da seguridade social juntamente com a saúde e previdência social (LOAS, 1993).

A política social, no atual cenário político e econômico, operacionaliza os direitos sociais. Cenário esse, movimentado por contradições, em que se pode perceber que a banalização da vida humana, o desemprego, violência, bem como a violação dos direitos e exploração marcante da força de trabalho caracterizam a vida cotidiana no tempo presente.

De acordo com Pereira (2008) a política social media a contradição entre capital e trabalho e tem sido utilizada tanto por regimes políticos democráticos quanto ditatoriais. A autora também problematiza que a política social deve influir em uma realidade concreta que precisa ser transformada, ou seja, ela é um princípio para uma ação, por parte do Estado para com a sociedade, e nessa relação há uma contradição, pois é uma condensação de forças econômicas que operam dentro e fora do aparelho estatal tendo em vista a satisfação de interesse de classe contrários entre si, no contexto da política social.

Assume-se então o apelo à valorização do indivíduo, dos direitos humanos e de um conjunto de questões socioculturais (SANTOS, 2012). Diante dessas questões que são vivenciadas pela sociedade, o Estado vem compensar todas essas violações com a Política Social.

Vale ressaltar que anterior à Constituição Federal de 1988, a Assistência Social não era vista como política pública universal. Mudanças tiveram que permear na sociedade para que esse direito fosse reconhecido constitucionalmente e garantido pelo Estado e não mais por entidades filantrópicas. Logo, a caridade pelos pobres passou a ser direito do cidadão.

Para proporcionar a concretização dos direitos sociais, em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS. Já em 15 de outubro de 2004, aprovou-se a PNAS. A partir desta, as políticas sociais puderam ser unificadas, permitindo avanço e aumento dos serviços de assistência social no país, referenciando as diferenças locais, efetivando assim a territorialização, com intuito de levar os serviços assistenciais a áreas de vulnerabilidade social. Por meio da PNAS deve-se:

[...] prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.27).

Uma vez que a Política de Assistência Social não é contributiva, ou seja, deve estar disponível para quem dela necessitar, tem o dever de promover os mínimos sociais aos sujeitos que não os detém, para que eles tenham condições de manter sua subsistência. Para tanto, a assistência oferece programas, projetos e benefícios sociais que vão ao encontro das principais necessidades das pessoas que dela necessitam. Para o andamento desses, a PNAS rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p. 26).

Em 2005, criou-se, por meio da resolução nº 130 de 15 de julho, a NOB/SUAS, que enfatiza a gestão da política de assistência social. Ela

[...] disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não-governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos (BRASIL, 2005, p. 18).

Dessa forma, o SUAS configura-se como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por papel a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (BRASIL, 2005). A Figura 1 ilustra as normativas que regulamentam a PNAS após a CF88 até o SUAS.

Figura 1 - Normativas federais que regulamentam o PNAS



Fonte: Elaborado pela autora

O SUAS, portanto, organiza-se por meio da proteção social básica e especial, divididos nessa ordem os serviços em: CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Além disso, há a oferta de benefícios assistenciais prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

O SUAS também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e concedendo certificação a entidades beneficentes (Figura 2).

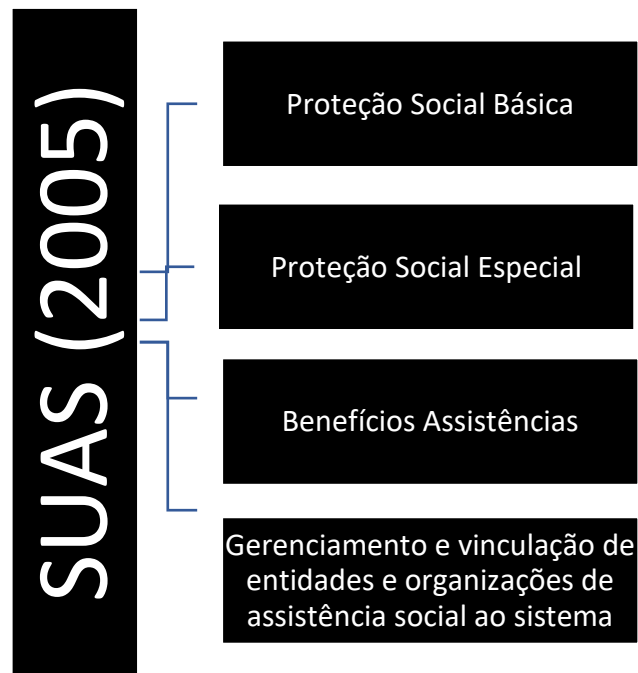
De acordo com o Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020) a Proteção Social Básica desenvolve-se na perspectiva da prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O público-alvo é a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos.

Outros serviços ofertados pela proteção social básica são os benefícios eventuais que podem ser solicitados em caso de: natalidade, morte, vulnerabilidade temporária, calamidade pública. A concessão desses benefícios, também pode ocorrer por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade nos atendimentos feitos pelas equipes da Assistência Social (BRASIL, 2021).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da assistência social, no valor de 1 (um) salário-mínimo, para pessoas com deficiência de qualquer idade que apresentem

impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, vivenciam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade, ou para idosos com idade de 65 anos ou mais (BRASIL, 2021).

Figura 2 - Configuração do SUAS



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Ministério da Cidadania¹.

Os serviços no CRAS devem ser planejados a partir de um diagnóstico realizado no território onde está situado, bem como das famílias que nele vivem (BRASIL, 2005). Para identificar as reais necessidades dos usuários em determinados territórios, o CRAS executa o PAIF – Programa de Atenção Integral à Família - que tem como finalidade a prevenção de situações de risco social, para proporcionar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Para atender às áreas de difícil acesso, dentro da proteção social básica, somando com o CRAS, há a equipe volante, que dispõe de profissionais para atender e levar os serviços assistenciais para essas comunidades.

Esse serviço primeiramente foi discutido na V Conferência Nacional de Assistência

¹ BRASIL. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/o-que-e>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Social que teve como tema: SUAS - Plano 10: Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social², que teve em suas deliberações a inclusão do território rural em metas de gestão do SUAS, metas de financiamento e inclusão nos direitos socioassistenciais e no controle social, dando início ao I plano decenal para organizar e estruturar o SUAS de 2005 -2015.

Quadro 1 - Sistematização da V Conferência Nacional de Assistência Social e plano decenal destacando territórios rurais

Metas de gestão do SUAS	Implantar e implementar CRAS, gradativamente, em todos os Municípios, em territórios com presença de situações de vulnerabilidade, inclusive em comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos e fronteiras, nas zonas rural e urbana.
Metas de Financiamento	Co-financiar a implantação e ampliação dos CRAS E CREAS e serviços continuados da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial a serem instalados, gradativamente, conforme estabelecido na NOB/SUAS 2005 e estendidos a todos os Municípios brasileiros; co-financiar sua construção, pessoal e equipamentos para sua instalação e unidades móveis com função de CRAS para atendimento do usuário das áreas rural e ribeirinha.
Direitos socioassistenciais	<p>* Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.</p> <p>* Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde; Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.</p> <p>* Direito ao cofinanciamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o cofinanciamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural.</p>
Metas de Controle social	Implantar e ampliar espaços de defesa social: Ouvidorias de Assistência Social Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Nacional, e articular a implantação de Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas, bem como exigir agilidade no Ministério Público, inclusive na zona rural.
Compromissos Éticos com os Direitos Sócio assistenciais	<p>* atenção igualitária e equânime aos cidadãos e cidadãs das zonas urbana e rural aos serviços, benefícios, programas e projetos dispondo de quadro técnico efetivo e qualificado.</p> <p>* pela fixação do cidadão e sua família no meio rural com capacitação e produção de oportunidades de emprego e renda para pequenos agricultores.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IPEA, 2005.

Outro documento federal que abordou o território rural, foi a tipificação nacional de serviços assistenciais³ no ano de 2009, quando descreve que os atendimentos às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamento dentre outros) pode ser realizada por meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante implantação de unidades de CRAS itinerantes (BRASIL, 2009).

Essa discussão é relevante, pois vai ao encontro do Art. 194 da Constituição Federal quando destaca os objetivos da seguridade social que é composta pela: saúde, assistência social e previdência social, no inciso II deste artigo referido: “a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços à população urbanas e rurais”.

Mais tarde foi regulamentado pela Portaria n° 303 de 8 de novembro de 2011, que estabelece o cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e ações executadas por equipe volante do CRAS, por meio do piso básico variável. De acordo com essa portaria, para cada CRAS financiado, o município receberá o valor de R\$ 4.500.00.

No II plano decenal de Assistência Social 2016-2026 é reforçada a importância de universalidade da cobertura de atendimento, o plano coloca como meta:

- Ampliar as equipes volantes e de abordagem social, básicas e especializadas, nos territórios com alto índice de violência, pobreza e de desproteção social, incluindo áreas rurais, regiões metropolitanas, grandes centros, áreas de fronteira e territórios de povos e comunidades tradicionais;
- Reconhecimento das diversidades territoriais e socioculturais.

Para garantir a universalidade e a equidade na política de assistência social é fundamental reconhecer e distinguir diversidades socioculturais e territoriais. De um ponto de vista didático, podemos distinguir a presença e a especificidade de diversos “públicos” (como, por exemplo, indígenas, quilombolas, famílias assentadas da reforma agrária, acampados, ciganos, população de rua, ribeirinhos, entre outros) e de diferentes “configurações territoriais” (como, por exemplo, situação de fronteira, ruralidades, regiões metropolitanas e favelas, distância dos centros urbanos, biomas e recortes bio-político-sociais, como Semiárido, Amazônia, Cerrado, e etc.) (BRASIL, 2016, p. 84)

Nesse sentido vale destacar a importância da discussão que o SUAS trouxe para o sentido e caracterização de território, pois as ações públicas da área da assistência social devem ser planejadas territorialmente tendo em vista a superação da fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar

³ Resolução n° 109, de 11 de novembro de 2009. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

a vigilância social das exclusões e estigmatização presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e carecimentos (BRASIL, 2009).

O território é a base de organização do SUAS, mas é necessário elucidar que o território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações sócioterritoriais [sic]. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. É também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento (BRASIL, 2008, p. 55).

O SUAS por meio da proteção social básica visa levar o PAIF e seus serviços em áreas de vulnerabilidade social. Isso é operacionalizado por um CRAS, sendo que em áreas de difícil acesso a Equipe Volante se desloca para tais territórios para levar os serviços da PNAS para que os usuários tenham acesso a esta política. Visa-se com isso a equidade entre o que é ofertado no território urbano e nos demais territórios que se encontram distantes do CRAS.

É preciso compreender que os diferentes segmentos da sociedade apresentam configurações distintas “onde se concretizam como sujeitos coletivos de ações político-territoriais, onde se fazem realidade e onde acontecem como vida” (KOGA; NAKANO, 2005, p. 74).

O trabalho desenvolvido pela equipe volante acaba sendo um serviço mediador para demais políticas públicas. Na medida que é realizada as buscas ativas nos diferentes territórios, a equipe técnica depara-se com as expressões da questão social, que possuem múltiplas faces e o encaminhamento para a rede intersetorial, acaba sendo um meio de proporcionar equidade no atendimento.

Quadro 2 - Equipe volante e sua configuração

(continua)

Equipe Volante Portaria 303- 08/11/11	
Objetivos:	I. Prestar serviços de proteção social básica às famílias referenciadas ao respectivo CRAS, potencializando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF II. Ampliar o acesso da população, em especial a que se encontra em situação de extrema pobreza, aos serviços socioassistenciais de proteção social básica, prioritariamente ao PAIF; III. Realizar a busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza, contribuindo para a efetiva consecução da Política Nacional de Assistência Social e para o acesso às demais políticas públicas; e IV Apoiar a atualização cadastral e a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico das famílias residentes nos territórios em áreas de difícil acesso.

Quadro 2 - Equipe volante e sua configuração

(conclusão)

Equipe	Art.3º A equipe volante do CRAS, independentemente do porte do Município, deverá ser composta por, no mínimo: I - dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e outro, preferencialmente, psicólogo; e II - dois técnicos de nível médio.
---------------	---

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com a Portaria 303 de 8 de novembro de 2011.

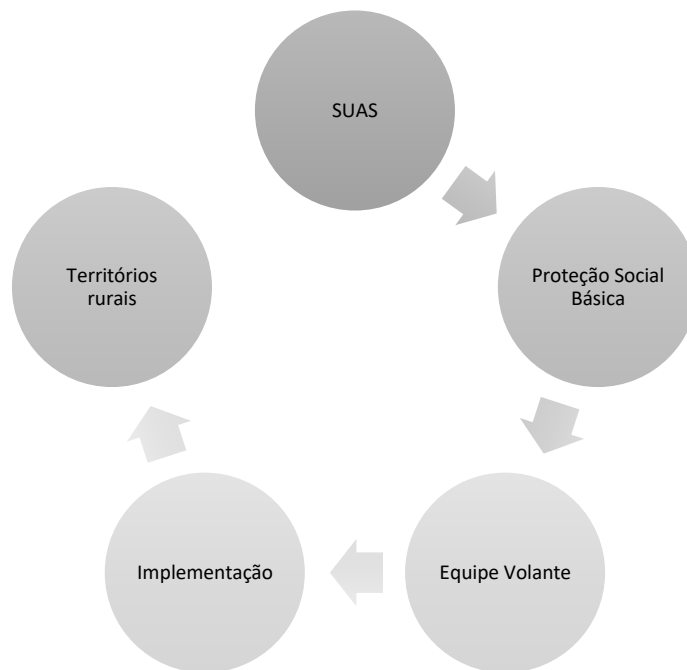
Por ser um serviço que está integrado ao CRAS, a equipe volante surge para potencializar a proteção social básica e não substitui o CRAS em áreas onde ele deve ser implantado. Sendo assim, a equipe volante é um serviço de busca ativa, que se desloca até as comunidades para levar os serviços até os usuários que residem em áreas de difícil acesso. Na Figura 3 destaca-se como a equipe volante é implementada dentro da Política Nacional de Assistência Social.

A equipe volante torna-se de suma importância para mediar serviços e fazer encaminhamentos para demais políticas públicas, ação que faz parte dos serviços prestados pelo PAIF. Tal trabalho em rede deve fortalecer a garantia de direitos sociais, bem como acompanhamentos de famílias e indivíduos.

Destaca-se aqui a rede interna do SUAS à proteção social especial⁴, que se desenvolve por meio do CREAS, na qual são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

⁴ Em anexo consta um quadro sistematizando os serviços prestados pela proteção social especial. Anexo I.

Figura 3 - Ciclo de implementação do SUAS em territórios rurais



Fonte: Elaborado pela autora.

Os serviços prestados destinam-se a ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias e medidas socioeducativas em meio aberto (BRASIL, 2021). Para melhor entendimento, o Quadro 3 sumariza a configuração de serviços do SUAS que atua na rede da PNAS.

Quadro 3 - Organização dos serviços do SUAS – Proteção Social Básica

(continua)

Sistema Único de Assistência Social (2005)	
Proteção Social Básica: CRAS- Centro de Referência de Assistência Social	
Público atendido:	Famílias e indivíduos em situação grave desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.
Serviço I: PAIF: Proteção e Atendimento Integral à Família	
O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.	

Quadro 3 - Organização dos serviços do SUAS – Proteção Social Básica

(conclusão)

Público:	Podem participar do PAIF famílias em situação de vulnerabilidade social. São prioritários no atendimento os beneficiários que atendem os critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade.
Objetivo	Trabalho social com famílias com intuito de: <ul style="list-style-type: none"> ● Ações protetiva da família; ● A prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; ● A promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; ● A promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais (BRASIL, 2019).
Ações do PAIF	Acolhida, oficina com famílias, ações particularizadas /comunitárias e encaminhamentos
Serviço II: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Público:	Crianças até 6 anos Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos Adolescentes de 15 a 17 anos Jovens de 18 a 29 anos Adultos de 30 a 59 anos Pessoas Idosas
Objetivos:	Fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva.
Ações	Atendimentos em grupo, que podem ser atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.
Serviço III. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	
Público:	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial: *Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; * Membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.
Objetivos:	O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.
Ações:	O trabalho realizado será sistematizado e planejado por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU: instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas. No PDU serão identificados os objetivos a serem alcançados, as vulnerabilidades e as potencialidades do usuário.

Fonte: Sistematizado pela autora de acordo com manual de tipificação (BRASIL, MDS, 2014).

Assim, de acordo com o Ministério da Cidadania, atualizado em 2019, a equipe volante é mais um serviço dentro da proteção social básica, destinado a atender as áreas de difícil acesso. Contudo, importante dizer, ele não consta na tipificação dos serviços assistenciais de 2014.

2.1 O MOVIMENTO PELO USO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NA FORMULAÇÃO, AVALIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Contemplando o objetivo geral desta pesquisa, que é mapear evidências científicas para que abordam os problemas de implementação e possibilidades de intervenção do SUAS em territórios rurais, é válido trazer uma breve reflexão referente ao movimento pelas Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBE), na qual revisões sistemáticas de literatura são instrumentos fundamentais.

Tal movimento ganhou relevo nos anos 1990 e a expressão PPBE ganhou destaque a partir do discurso feito pelo Presidente da Sociedade Britânica de Estatística, em 1996, Adrian Smith, quando ele criticou o modelo de tomada de decisões utilizado pelos governos, excessivamente baseado em opiniões ou preconceitos. Destacou Smith que era necessário consolidar uma sociedade baseada em evidências (KOPITTKKE, 2019).

Com o objetivo de qualificar a elaboração e a utilização das evidências, o movimento de PPBE se caracteriza por um esforço em prol da aproximação de três diferentes campos com culturas e formas de pensamento diferentes: o científico, o político e a burocracia pública (KOPITTKKE, 2019).

Por esse motivo, as PPBE defendem que os governos devem utilizar as melhores evidências disponíveis produzidas por diferentes métodos científicos de forma integrada no processo de formulação das políticas públicas, analisando aspectos como: segurança, acurácia, eficácia, efetividade, custos, equidade, impactos éticos e culturais das intervenções, produzidas por meio dos métodos adequados para analisar cada uma dessas questões (ELIAS, 2017).

Com a chegada da internet e o crescimento acelerado na produção de avaliações de políticas públicas, surgiu a dificuldade sobre como lidar com a grande quantidade de estudos disponíveis, fazendo os governos avançarem para uma nova etapa da revolução das políticas públicas baseadas em evidências: o uso das revisões sistemáticas.

Um marco internacional na produção de revisões sistemáticas nas áreas de educação, assistência social e prevenção a violência foi a criação da *Campbell Collaboration*, em 1999, impulsionada por iniciativa da Sociedade Real de Estatística da Inglaterra (KOPITTKKE, 2019).

Nos EUA, desde o final dos anos 1990, o governo passou a ter comissões e órgãos governamentais para difusões de evidências, sendo que em 2018 ocorreu a aprovação da lei das PPBE, com finalidade de reconhecer a importância da ciência e dos dados para melhorar e eficiência das políticas públicas.

Na América latina, essa expansão está ocorrendo de forma mais lenta, somente o México vem mostrando maior preocupação, pois em sua Constituição de 2014, no art. 134, há menção de que as políticas públicas federais, estaduais e municipais, devem ser objeto permanente de avaliação de eficiência, eficácia e custo-benefício (WHITE, 2019).

Segundo Kopittike (2019), a América Latina ainda não adotou o uso das evidências em políticas públicas, pois há uma cultura da produção de evidências que se restringe ao ambiente acadêmico, bem como resistências por parte dos gestores públicos e mesmo preconceitos epistemológicos quanto a abordagens positivistas.

No Brasil, o primeiro ensaio para a adoção do modelo de gestão de PPBEs é o Decreto n. 9.203/17, que dispõe sobre a governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional juntamente com as PPBEs. Contudo, ele não vem sendo implementado que, com exceção da área de saúde, a utilização de evidências em políticas públicas ainda se encontra em discussões iniciais. O Brasil possui problemas na disponibilidade das bases de dados, falta de pesquisadores e de gestores públicos com formação para a realização de avaliações e fortes resistências corporativas e acadêmicas, que fazem com que o país não possua pesquisas dessa natureza na maioria das áreas do conhecimento (BEATO; SILVEIRA, 2014).

Para o aperfeiçoamento da implementação do SUAS, o uso de evidências científicas para oferta dos serviços socioassistenciais, é de suma importância, pois o avanço da ciência nas áreas sociais acaba sendo um ganho para a sociedade com sua inclusão na análise dos problemas sociais.

3 FONTES, MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 UMA TIPOLOGIA DE REVISÕES DE LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente será abordado alguns tipos de revisões de revisão de literatura, incluindo a revisão de escopo: a escolhida para esta investigação.

Revisões de literatura buscam compreender como um determinado tema ou tópico de estudo está organizado. Elas fazem uma avaliação crítica de materiais publicados, definem e esclarecem determinados problemas, resumizam estudos precedentes, informam aos leitores o estado em que se encontra uma área de investigação, bem como identifica lacunas e inconsistência na literatura sugerindo sugestões para resolução de problemas (HOHENDORFF, 2014).

A forma mais tradicional de revisão de literatura é chamada de “narrativa”. Ela caracteriza-se por compilar materiais publicados que fornecem exame da literatura recente ou atual, podendo cobrir uma ampla gama de assuntos em vários níveis de completude e abrangência (GRANT; BOOTH, 2009). Revisões narrativas não utilizam critérios rigorosos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos, logo, não precisa esgotar as fontes de informações e não há a aplicação de estratégias de busca avançadas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações estão sujeitas ao conhecimento prévio e subjetivo dos autores.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor (ROTHER, 2007, p. 01)

Revisões sistemáticas, por sua vez, buscam respostas a questões de pesquisa bem definidas, com estratégias de buscas de estudos, critérios de inclusão e exclusão de documentos e análise criteriosa acerca da qualidade da literatura selecionada (HOHENDORFF, 2014). Por meio de uma busca rigorosa em fontes advindas de bases eletrônicas e seguras, seu objetivo é responder uma pergunta claramente formulada, em regra, destinada ao mapeamento de elementos empíricos. Assim, utiliza métodos sistemáticos e explícitos para recuperar, selecionar e avaliar os resultados de estudos relevantes que mostram o acúmulo de

conhecimento científico sobre um dado tópico. O resultado de uma revisão sistemática é considerado uma evidência científica de alta qualidade na área da saúde e têm avançado nas ciências sociais, como por exemplo na tomada de decisões públicas. No campo da saúde, a Colaboração Cochrane recomenda que a revisão sistemática seja efetuada em sete passos:

a) formulação da pergunta - a realização de uma revisão sistemática deve ser iniciada com a formulação de uma pergunta onde são definidos os pacientes/doenças e a intervenção é a base para decisão do que deve ou não ser incluído na revisão.

b) localização dos estudos - devem ser utilizadas várias fontes de busca para localização e identificação dos estudos, devendo ser incluídos estudos relevantes das principais bases de dados eletrônicas: **Medline, Cinahl, Embase, Lilacs, Cochrane Controlled Trials Database, SciSearch** além de outras fontes de informação como: trabalhos publicados em anais de congressos; estudos de especialistas e buscas manuais em revistas não disponíveis nas bases de dados. Para cada uma dessas fontes utilizadas deve ser detalhada a estratégia de busca utilizada.

c) avaliação crítica dos estudos - são critérios para determinar a validade dos estudos selecionados. Essa avaliação crítica permite determinar quais estudos irão ser utilizados na revisão. Os que não preencherem os critérios de validade deverão ser citados e explicados o motivo de sua exclusão.

d) coleta de dados - todas as variáveis estudadas devem ser observadas nos estudos e resumidas, além das características do método, dos participantes e dos desfechos clínicos, que permitirão determinar a possibilidade de comparar ou não os estudos selecionados.

e) análise e apresentação dos dados - os estudos deverão ser agrupados baseados na semelhança entre os estudos. Cada um desses agrupamentos deverão ser preestabelecidos no projeto, assim como a forma de apresentação gráfica e numérica, para facilitar o entendimento do leitor.

Quando realizado um método estatístico na análise e síntese dos resultados dos estudos incluídos, tem-se uma revisão sistemática com meta-análise.

f) interpretação dos dados - é determinada a força da evidência encontrada, a aplicabilidade dos resultados, o custo e a prática corrente que sejam relevantes, determinando claramente os limites entre os benefícios e os riscos.

g) aprimoramento e atualização da revisão - uma vez publicada a revisão receberá sugestões e críticas que devem ser incorporadas às edições subsequentes, caracterizando uma publicação dinâmica que deve ser atualizada cada vez que surjam novos estudos no tema (ROTHER, 2007, p. 1-2) (grifo no original).

A revisão metanalítica, por seu turno, faz análises estatísticas para examinar um conjunto de dados empíricos de estudos já publicados (HOHENDORFF, 2014). É uma técnica que combina estatisticamente os resultados de estudos primários de modo a encontrar um efeito mais preciso, diminuindo o enviesamento e aumentando a objetividade, robustez e correlações dos resultados (SOUZA *et al.*, 2018).

No que tange às revisões de escopo, são revisões bibliográficas com protocolos de seleção de textos com estratégias mais estritas do que as das revisões narrativas, mas que não pretendem responder a uma questão de pesquisa tão específica como as revisões sistemáticas. Estrutura-se de maneira organizada, concisa, para análise crítica dos materiais encontrados. Ao contrário das revisões sistemáticas, elas possuem caráter exploratório e podem ser utilizadas

para o reconhecimento do terreno, ou seja, fazer uma discussão referente ao que os autores estão discutindo sobre determinado assunto a ser investigado (CODATO; LORENCETTI; PRATA, 2021).

A diferença fundamental entre revisões de escopo e revisões sistemáticas, além da existência de uma estratégia de busca da literatura de interesse explícito, transparente, reprodutível e auditável, é a natureza da questão endereçada à bibliografia. Como, no caso das primeiras, as perguntas de pesquisa aplicadas à literatura são mais amplas, é maior também o volume de referências analisadas. Da mesma maneira, revisões de escopo não podem ser confundidas com revisões tradicionais (CODATO; LORENCETTI; PRATA, 2021. p. 2).

A revisão de escopo fornece uma avaliação preliminar do tamanho potencial e a extensão da literatura de investigação disponível. Destina-se a identificar a natureza e a abrangência das evidências disponíveis (SOUZA *et al.*, 2018).

Esse método tem como objetivos mapear os principais conceitos que apoiam determinada área de conhecimento, identificar a extensão, alcance e natureza da investigação, elencar e divulgar os dados da investigação e identificar as lacunas de pesquisas já existentes e possibilitar novas pesquisas (SOARES, 2019). Portanto,

[...] configura-se como um exercício preliminar à revisão sistemática que apura a pergunta de revisão; sistematizar e disseminar achados que podem contribuir para as práticas e políticas e para a pesquisa; identificar lacunas na literatura existente, bem como compreender como a pesquisa é conduzida em uma área. Dessa forma, a revisão de escopo pode tanto auxiliar o revisor a examinar evidências emergentes, quando a produção científica existente é recente e ou incipiente, quanto examinar como as pesquisas estão sendo conduzidas em áreas já consolidadas (SOARES, 2019, p. 38).

Nesta pesquisa a aplicação do método da revisão de escopo poderá proporcionar a pesquisadores um mapeamento de principais conceitos, evidências e problematizações que os autores estão realizando referente ao tema em estudo, bem como, viabilizar estratégias para os problemas públicos dos resultados de pesquisa encontrados.

O Quadro 4 sintetiza os quatro tipos de revisões abordados, com base em Gant e Booth (2009).

Quadro 4 - Tipos de revisão

Método	Descrição	Pesquisa	Avaliação	Síntese	Análise
Revisão de literatura narrativa	Termo genérico: materiais publicados que possibilitam revisão de literatura recente ou atual. Pode abranger uma ampla variedade de assuntos em vários níveis de completude e abrangência. Pode incluir resultados de pesquisas.	Pode ou não incluir pesquisa abrangente.	Pode ou não incluir avaliação de qualidade.	Tipicamente narrativa.	Análise pode ser cronológica, conceitual, temática, etc.
Metanálise	Técnica que combina estatisticamente os resultados de estudos quantitativos para fornecer um efeito mais preciso dos resultados.	Objetiva uma pesquisa exaustiva e abrangente. Pode usar o gráfico de funil para avaliar a integridade.	Avaliação de qualidade pode determinar análises de inclusão/exclusão e/ou sensibilidade.	Gráfica e tabular com comentário narrativo.	Análise numérica de medidas de efeito assumindo ausência de heterogeneidade.
Revisão de escopo	Avaliação preliminar do tamanho potencial e escopo da literatura de pesquisa disponível. Objetiva identificar a natureza e a extensão das evidências de pesquisa (geralmente incluindo pesquisas em andamento).	Pesquisa determinada por limitações de tempo/escopo. Pode incluir pesquisa em andamento.	Sem avaliação de qualidade formal.	Tipicamente tabular com algum comentário narrativo.	Caracteriza a quantidade e a qualidade da literatura, talvez pelo desenho do estudo e outras características-chave. Tenta especificar uma revisão viável.
Revisão sistemática	Objetiva pesquisar, avaliar e sintetizar sistematicamente evidências de pesquisa, muitas vezes aderindo às diretrizes sobre a condução de uma revisão.	Objetiva uma pesquisa exaustiva e abrangente.	Avaliação de qualidade pode determinar inclusão/exclusão.	Tipicamente narrativa com acompanhamento tabular.	O que é conhecido: recomendações para a prática. O que permanece desconhecido: incerteza em torno dos resultados, recomendações para pesquisas futuras.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Grant e Booth (2009).

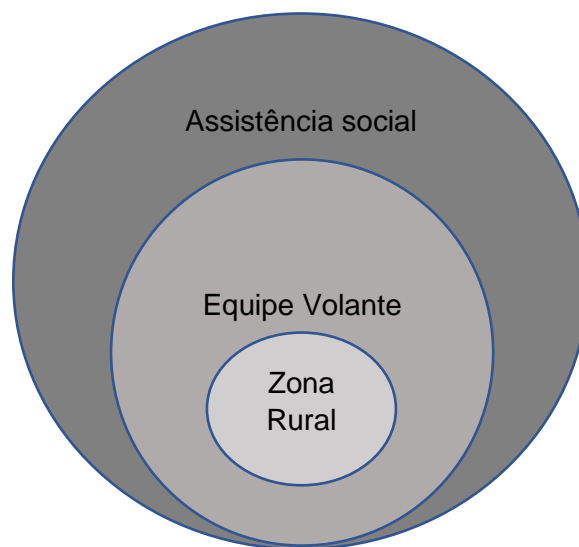
3.2 STRING DE BUSCA

A *string* de busca é um conjunto de termos conciliados que informa aos algoritmos das bases de dados bibliográficos quais elementos queremos encontrar (BITTENCOURT, 2021). Trata-se de uma “expressão de busca” usada para localizar os documentos científicos que servirão como base para responder o problema de pesquisa apresentado numa revisão de

literatura de escopo ou sistemática.

Nesta dissertação é o conjunto de palavras-chave elaborado pela pesquisadora a ser inserido nos campos de busca das plataformas eletrônicas com intuito de rastrear documentos científicos que abordam os temas e assuntos de interesse. A Figura 4 exemplifica a literatura de interesse a ser buscada com a *string*, a partir de um exemplo da teoria matemática dos conjuntos, ou seja, sobre a atuação da equipe volante em territórios rurais no âmbito da assistência social.

Figura 4 - Literatura de interesse



Fonte: Elaborado pela autora

Os termos que compoem a *string* foram redigidos em inglês e português a fim de realizar uma busca exaustiva em cada base utilizada. Como forma de elaborar uma *string* precisa e que seja capaz de recuperar as informações desejadas é importante submeter a mesma à “juizes” especialistas do assunto, o que foi feito antes e durante a defesa da banca de qualificação desta dissertação. Sendo assim, as *strings* mobilizadas foram:

- “social assistance” OR “social attendance” OR “social service” OR “social polic*”
 - REFINED BY: countryside
 - REFINED BY: “teams steering wheels” OR “team steering wheels”
- “assistência social” OR “serviço social” OR “política social” OR “políticas sociais”
 - REFINADO PARA: “territórios rurais” OR rura*

- REFINADO PARA: “equipe volante” OR “equiples volantes”

Os níveis dentro de cada tópico, acima, justificam-se porque grande parte dos repositórios bibliográficos possuem campos de busca “dentro” de cada busca realizada. Quando isto não foi possível, a opção foi pelo termo mais abrangente possível para então realizar o refinamento manual dentro do software de revisão sistemática de literatura StArt - *State of Art*.

3.3 BASES DE BUSCA E FONTES

Com o objetivo de mapear literatura branca (artigos científicos revisados por pares e livros) e cinza (teses, dissertações, *preprints* e *papers* de congressos), as bases a serem consultadas para realização dessa pesquisa foram:

- Scopus:⁵ banco de dados de resumos e citações da literatura com revisão por pares: revistas científicas, livros, processos de congressos e publicações do setor.
- Web of Sciences⁶: base multidisciplinar que congrega artigos de conceituadas revistas científicas publicadas no mundo;
- Banco de teses e dissertações da CAPES⁷: é uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país.
- Google Acadêmico:⁸ é uma forma simples de pesquisar literatura acadêmica.
- Especialistas da área do Serviço Social e Ciências Sociais também foram consultados com o intuito de minimizar os possíveis vieses das bases e seus algoritmos. Esse fato é importante para garantir que a busca pela literatura não se restrinja e se limite pelos documentos recuperados pela *string* de busca.

3.4 ESTRATÉGIAS DE BUSCA DOS DOCUMENTOS

⁵ Disponível em: <https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus>.

⁶ Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>.

⁷ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>.

⁸ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>.

Após a aplicação da *string* nas bases, alguns mecanismos nos materiais encontrados foram feitos. Estes são conhecidos como “estratégia de busca” ou “filtros da base”, sintetizados no Quadro 5.

Quadro 5 - Filtros de Busca

Filtros	
Tipo de documento	Artigos completos, teses e dissertações
Idioma	Português, espanhol e inglês
Recorte temporal	2005-2021
Áreas de interesse	Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Elaborado pela autora.

3.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão e exclusão servem para filtrar e fazer a primeira triagem dos documentos encontrados, assim foi possível selecionar aqueles que foram ao encontro do tema proposto e que responderam ao problema de pesquisa.

Quadro 6 - Critérios de Seletividade

Critérios de Seletividade	Inclusão	Exclusão
População	Profissionais que atuam em equipes volantes em territórios rurais	Burocratas de outros setores que não seja equipes volantes Áreas de difícil acesso diferente das territórios rurais; Usuários de outra política pública que não seja o SUAS
Intervenção (política) pública	Serviços e políticas executadas pela equipe volante	Serviços executados pelo CRAS e CREAS dentro de seus serviços diferente da equipe volante
Desenho da Pesquisa	Pesquisas empíricas qualitativas ou quantitativas. Revisões sistemáticas de literatura	Pesquisas de natureza teórica ou ensaios bibliográficos

Fonte: Elaborado pela autora.

3.6 A SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS

Na fase de seleção de documentos, segundo a aplicação dos critérios de seletividade, dois avaliadores aceitaram ou rejeitaram os documentos: a autora e seu orientador. Em casos de dúvidas, procurou-se chegar a uma decisão consensual sobre a seleção ou não dos documentos.

3.7 O SOFTWARE *START* PARA REVISÕES SISTEMÁTICAS

A filtragem manual que possibilitou a organização dos textos de interesse para essa pesquisa contou com o auxílio da ferramenta StArt (MONTEBELO *et al.*, 2007). Nela, é preciso que a pesquisadora relate um protocolo sobre o desenho de busca das informações e da própria pesquisa.

Segundo Bittencourt (2021) é possível realizar três etapas na ferramenta StArt: planejamento, execução e sumarização dos resultados. Na etapa 1, cria-se o protocolo da revisão: descrição do desenho, quais bases foram utilizadas e quais filtros optou-se nelas, idioma dos manuscritos e de seus respectivos resumos, e, critérios de inclusão e exclusão. O segundo passo é filtragem inicial (*screening*) dos textos a partir dos critérios de inclusão e exclusão e verificação de documentos repetidos – isso é possível, pois o mesmo documento pode estar presente em mais de uma base eletrônica de dados bibliográficos.

3.8 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ESTUDOS

Após a seleção inicial dos documentos, eles foram lidos em sua integralidade com o objetivo de avaliar sua qualidade e aderência concreta aos objetivos da revisão de literatura. Nessa fase, documentos ainda podem ser excluídos.

Para auxiliar nessa tarefa, os documentos são submetidos a um formulário de avaliação de qualidade (Quadro 7), elaborado a partir de Petticrew e Roberts (2006) e no *checklist* da *Critical Appraisal Skills Programme* (CASP). Assim, tal formulário foi incorporado ao StArt.

Quadro 7 - Formulário de avaliação da qualidade

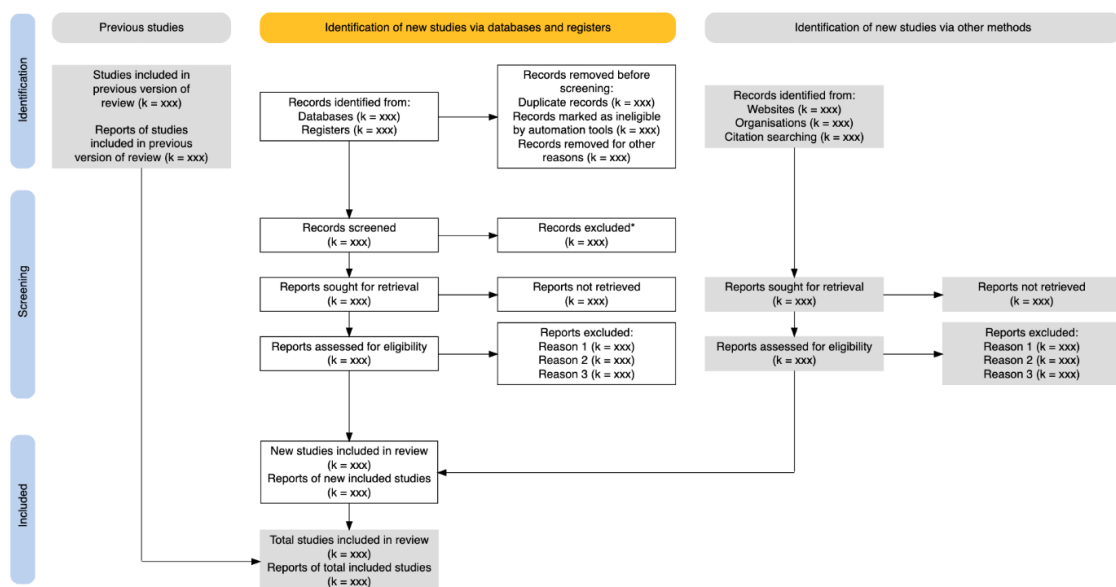
QUESTÕES	Título do documento científico		
	Sim	Impossível Definir	Não
O problema de pesquisa foi descrito de forma clara?			
Os objetivos da pesquisa foram descritos de forma clara?			
O desenho de pesquisa foi apropriado para atingir os objetivos da pesquisa?			
A estratégia de recrutamento foi apropriada para os objetivos da pesquisa?			
O método de coleta de dados foi apropriado para responder a questão de pesquisa?			
O banco de dados foi disponibilizado?			
A relação entre pesquisador e participantes foi considerada de forma adequada?			
As questões éticas foram levadas em consideração?			
Foi feita alguma conexão a um referencial teórico ou corpo de conhecimento mais amplo?			
A análise dos dados foi suficientemente rigorosa?			
Foram apresentados procedimentos de verificação que pudessem testar a credibilidade dos resultados?			
Foi apresentada alguma estratégia de controle de viés?			
Existem declarações claras e em detalhes sobre os resultados?			
As conclusões foram suportadas pelos resultados?			
A pesquisa é metodologicamente consistente?			
Os resultados são generalizáveis?			
SCORE			

Fonte: Elaborado pela autora a partir da CASP e Petticrew e Roberts (2006).

3.9 O FLUXOGRAMA PRISMA

Adota-se nessa pesquisa as recomendações do guia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (PAGE *et al.*, 2021) que oferece um *checklist* para revisões sistemáticas e de escopo de literatura. Ainda, o guia fornece um fluxograma que permite sintetizar e demonstrar a organização da seleção dos estudos, de acordo com a escolha das bases, critérios de inclusão e exclusão e avaliação da qualidade. Ou seja, ele demonstra o processo de seleção dos estudos até o seu “n” final. Quatro etapas da seleção estão presentes: identificação das fontes, seleção, elegibilidade e inclusão (Figura 5).

Figura 5 – Fluxograma PRISMA



Fonte: PAGE *et al.*, 2021.

3.10 FORMULÁRIO DE EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Uma vez selecionados os textos, eles foram lidos atentamente e suas informações extraídas. Para tanto, utilizou-se o seguinte formulário de extração de informações, isto é, a “grade” de leitura.

Quadro 8 - Formulário de extração de informações

ELEMENTO A SER EXTRAÍDO	TIPO	DETALHAMENTO
Problema de pesquisa	Texto	
Objetivos	Texto	
Quais as dificuldades de implementação da equipe volante que os autores abordam?	Texto	
Quais as possibilidades de implementação da equipe volante que os autores abordam?	Texto	
O texto dialoga com alguma teoria ou literatura mais ampla. Se sim. Qual?	Texto	
Abordagem metodológica predominante	Lista	- Quantitativa - Qualitativa
Tamanho da amostra	Texto	
Métodos e técnicas de recrutamento/ amostragem	Texto	
Métodos e técnicas de análise dos dados	Texto	
Tipo de estudo	Texto	
Variáveis/critérios utilizados	Texto	
Abordagem teórica sobre implementação	Texto	
Ênfase da pesquisa	Lista Múltipla	- Na atuação dos profissionais - Nos outcomes da política - Nos inputs da política - Nos outputs na política - Nos desafios de implementação - Outras
Principais resultados	Texto	
Limites / vieses	Texto	

Fonte: Elaborado pela autora.

Feita a exposição metodológica, parte-se agora para a apresentação dos principais resultados encontrados na pesquisa e, a seguir, sua discussão.

4 RESULTADOS

A partir das buscas realizadas nas bases eletrônicas de dados bibliográficos e o uso da ferramenta StArt, obteve-se os seguintes resultados, descritos a seguir. No Quadro 9 e na Figura 6, é demonstrada uma síntese dos resultados alcançados em cada base eletrônica de dados bibliográficos, a partir da utilização da ferramenta StArt, até chegar-se aos documentos selecionados para extração de informações.

Quadro 9 - Fontes⁹

Fonte	String	Resultado	Resultado após filtragem	Analisados	Excluídos após critérios de seletividade	Selecionados
Scopus	“social assistance” OR “social attendance” OR ”Social Service” OR “social polic”	1131 ¹⁰	167	167	166	1
Web Of Science	“social assistance” OR “social attendance” OR “Social Service” OR “social policy”	1366	42	42	41	1
Google Acadêmico	Equipe volante, Sistema Único de Assistência Social	3410	1240	25 ¹¹	20	5
Teses e Dissertações Capes	“mobile team” OR “team*” steering wheel”	196	27	27	22	5

Fonte: Elaborado e sistematizado pela autora.

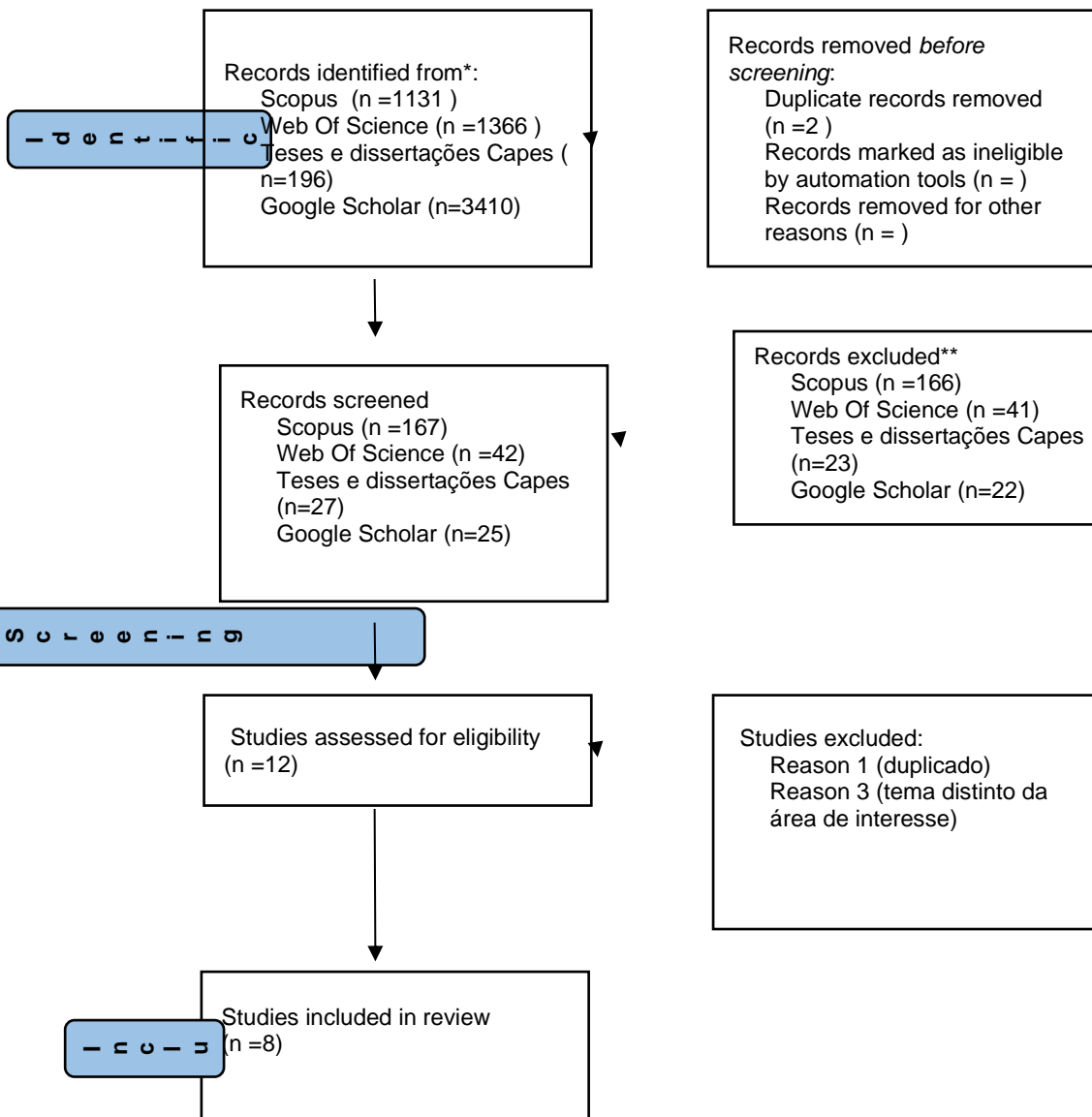
Pode-se perceber que no Quadro 9 chegou-se em 12 textos para análise, porém, a partir da leitura detalhada excluiu-se 3 documentos porque fugiam do objeto a ser pesquisado na dissertação e 1 documentos estava duplicado (duas bases localizaram o mesmo texto).

⁹ As buscas foram realizadas pela Scopus e Web of Science no dia 21/12/2021, Google acadêmico e teses e dissertações da CAPES no dia 13/01/22.

¹⁰ Brasil.

¹¹ Foram analisados 2% dos resultados obtidos após a filtragem.

Figura 6 - Fluxograma Prisma



Fonte: elaborado pela autora a partir de Page *et al.* (2021).

A descrição sintética dos documentos selecionados para discussão está contida no Quadro 10. Ele traz informações sobre autores, títulos, tipo de publicação e revista/instituição. É válido ressaltar que será por meio destes textos que a dissertação irá nortear-se daqui em diante.

Quadro 10 - Manuscritos selecionados para extração de informações

Autor (a)	Título	Tipo de publicação	Revista /Instituição
Silva; Macedo, 2019	The conception of psychologists on the rural in social policies	Artigo	Universidad del Rosario
Nascimento, 2015	CRAS mobile teams' performance in the countryside of Rio Grande do Norte	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Moraes, 2014	Análise da Política de Assistência Social nos Centros de Referência de Assistência Social de Bagé/RS	Dissertação	Universidade Federal de Pelotas
Silva, 2019	Política de Assistência Social: Equipe Volante do CRAS em Luzilândia - PI	Paper de congresso	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Acuña; Manfrin, 2017	Os enfrentamentos para efetivação do trabalho sociofamiliar na equipe volante do CRAS no distrito de guachos de Martinópolis	Artigo	Revista Seminário Integrado
Moraes, 2021	O trabalho da equipe volante na área rural de São Borja	TCC	Universidade Federal do Pampa
Araújo, 2016	Relação Teoria e Prática do Serviço Social na Política de Assistência Social em território rural no município de Poconé -MT	TCC	Centro Universitário Univag
Rocha; Leite, 2017	Readequação de territórios da política de assistência social na cidade de Montes Claros-MG	Artigo	Serviço Social em Revista

Fonte: Elaborada pela autora.

Os textos dividem-se em: quatro artigos, dois trabalhos de conclusão de curso e duas dissertações (Quadro 10). Nem um autor repete autoria nos textos encontrados e pode-se perceber que são manuscritos que contribuem para verificar a necessidade de ampliar as pesquisas do SUAS em territórios rurais. Trata-se de um número pequeno de publicações com essa temática, principalmente nas bases eletrônicas Scopus e Web of Science que são mais consolidadas no meio acadêmico internacional.

Verifica-se também que mesmo que o recorte de ano de busca nas bases seja 2005, eles distribuem-se entre os anos de 2014, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021.

O Quadro 11, traz um recorte das informações dos textos que são primordiais para o desenvolvimento do assunto, bem como para dar forma ao texto, como: objetivo e problematização, tipo de estudo e métodos.

Quadro 11 - Problema de pesquisa e desenho de pesquisa e métodos/tipo de estudo

(continua)

Autor (a)	Objetivo e problematização	Tipo de estudo	Métodos
Silva; Macedo, 2019	Discutir as concepções a respeito de rural de psicólogos que atuam nas políticas sociais	Pesquisa qualitativa	Observação participante e entrevistas com psicólogos do CRAS (n=2), da Equipe Volante do CRAS (n=3) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) (n=1) de três municípios de pequeno porte localizados no interior do estado do Piauí
Nascimento, 2015	Investigar como as ações das equipes volantes de CRAS respondem às demandas de seus territórios de abrangência no Rio Grande do Norte, por meio do mapeamento e análise das ações realizadas pelas equipes volantes e identificação e caracterização de como essas equipes se articulam com a rede socioassistencial	Pesquisa qualitativa	Mapeamento dos CRAS do Rio Grande do Norte que possuíam equipes volantes por meio de consulta ao Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS) e realização entrevistas (n=8) semiestruturadas com equipes atuantes em sete municípios de pequeno porte do RN
Moraes, 2014	Analisar como o CRAS no município de Bagé vem desenvolvendo a Política de Assistência Social através de serviços de Proteção Social Básica, problematizando quais os serviços e procedimentos utilizados e os resultados alcançados	Pesquisa qualitativa	Método crítico-dialético e coleta de dados mediante: visitas aos CRAS e em alguns equipamentos do território; entrevistas semiestruturadas e grupo focal com profissionais que atuam nos CRAS de Bagé/RS e usuários
Rocha; Leite, 2017	Questionar a eficácia da divisão territorial da malha urbana de Montes Claros para alocação de unidades de CRAS no atendimento aos segmentos populacionais demandantes. Verificação das particularidades dos territórios que dificultam o acesso do público-alvo ao CRAS e observação junto aos assistentes sociais a necessidade de reconfiguração territorial	Pesquisa qualitativa	Geoprocessamento em banco de dados do censo do IBGE do ano de 2010, integrado à base cartográfica da área urbana no software ArcGis 10.1 e entrevistas semiestruturadas
Araújo, 2016	Trazer reflexões acerca da vivência de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Poconé-MT	Pesquisa qualitativa	Relato de experiência, por meio pesquisa documental e bibliográfica
Moraes, 2021	Refletir sobre como ocorre o trabalho dos profissionais na equipe volante, relacionando com documentos, diretrizes, normativas e bibliografias referentes a operacionalização da política de Assistência Social	Pesquisa qualitativa	Relato de experiência junto à equipe volante de São Borja, desenvolvido por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica

Quadro 11 - Problema de pesquisa e desenho de pesquisa e métodos /tipo de estudo

(continua)

Silva, 2019	Analisar o trabalho realizado nos programas de Assistência Social ofertados no CRAS/PAIF e o trabalho da equipe volante na zona rural de Luzilândia-PI, bem como a política de Assistência Social no município, com o intuito de contribuir para o seu aprimoramento	Pesquisa qualitativa	Análise bibliográfica e documental e observação exploratória do trabalho da equipe volante do CRAS, no município de Luzilândia-PI
Acuña; Manfrin, 2017	Pontuar a importância da efetivação e o enfrentamento do trabalho social com as famílias no CRAS e Equipe Volante da Vila Escócia no município de Martinópolis, no âmbito da Política Pública e de Proteção Social Básica, sendo a Matricialidade Sociofamiliar como diretriz do SUAS	Pesquisa qualitativa	Pesquisa qualitativa. Relato de experiência por meio de pesquisa bibliográfica e observação em estágio

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 12 representa os resultados obtidos em cada texto, conforme abordado pelos autores. Percebe-se muita concordância entre os autores e a clareza da necessidade da pesquisa como ferramenta base para a implementação de políticas públicas. Mais especificamente para este trabalho, da pesquisa sobre as equipes volantes que colaborem para o aperfeiçoamento de sua implementação e do serviço público de um modo geral.

No referido Quadro são apontados também os vieses e limites de cada trabalho, tais como: pouca profundidade metodológica de algumas pesquisas; textos que não tem como foco principal as equipes volantes (e sim a PNAS de forma ampla); a ausência de um tese de doutorado que poderia proporcionar resultados robustos; a ausência de problematizações sobre a implementação com dados quantitativos; a insuficiência de informações nos próprios textos a respeito da clareza dos objetivos e problema a ser respondido; ausência de revisões de literatura; e por fim, certa deficiência metodológica.

Quadro 12 - Principais resultados e limites e vieses

(continua)

Autor (a)	Principais resultados das publicações	Limites /vieses
Silva; Macedo, 2019	<ul style="list-style-type: none"> i. As regiões rurais dependem das regiões urbanas para acessarem serviços e equipamentos sociais de maior complexidade ii. Os princípios normativos das políticas públicas não contemplam as singularidades da relação rural/urbano iii. Dificuldade da definição de rural nas próprias políticas sociais e órgãos oficiais (incluindo SUS e SUAS) iv. Desproporcionalidade entre o número de psicólogos e a abrangência territorial para desenvolvimento de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> i. Equipe volante em territórios rurais não é o objeto de estudo, apenas cita o serviço algumas vezes.
Nascimento, 2015	<ul style="list-style-type: none"> i. As equipes volantes investigadas são recentes no estado, compostas predominantemente por assistentes sociais ii. Diante da ausência de infraestrutura e da quantidade de comunidades rurais espalhadas pelos territórios, a presença das equipes nas áreas rurais se torna esporádica e acaba por fragilizar a continuidade das ações iii. A política de Assistência Social continua como política fragmentada e incapaz de eliminar a pobreza, pois o Estado não investe o suficiente para que as políticas sejam efetivas iv. Ausência de recursos humanos gera precarização do trabalho, bem como desafios na implementação da política pública 	<ul style="list-style-type: none"> i. O trabalho é incapaz de generalizar seus resultados devido ao tamanho da amostra que é pequena
Moraes, 2014	<ul style="list-style-type: none"> i. Os CRAS de Bagé garantem direitos socioassistenciais dentro de suas possibilidades, sendo que estas estão atreladas ao compromisso ético-político dos técnicos ii. A proteção social do Estado é necessária para que o indivíduo possa sair da condição de extrema pobreza iii. Os CRAS possibilitam a inclusão de usuários em benefícios eventuais e produz resultados na emancipação do usuário, no fortalecimento da autoestima e busca pelo protagonismo iv. Por meio do PAIF é possível resgatar laços familiares v. A política de Assistência Social deve ultrapassar caráter assistencialista vi. A participação popular é fundamental para garantia de direitos 	<ul style="list-style-type: none"> i. Explora os serviços ofertados pela proteção social básica e não especificamente a equipe volante, mas cita como um dos serviços, pois não é o objeto de estudo da pesquisadora.
Rocha; Leite, 2017	<ul style="list-style-type: none"> i. Os equipamentos disponíveis para atuação da assistência social não são suficientes para o atendimento ii. Necessidade de reconfiguração territorial iii. Importante ouvir os profissionais que atuam diretamente com estas questões para democratizar a construção de ações no âmbito da Política 	<ul style="list-style-type: none"> i. Abordagem genérica a respeito de equipes volantes em territórios rurais, pois não é o tema central do artigo ii. Metodologia escrita de forma resumida, pois o artigo é fruto de uma dissertação, possivelmente na dissertação está detalhada.

Quadro 12 - Principais resultados e limites e vieses

(conclusão)

Araújo, 2016	<ul style="list-style-type: none"> i. O difícil acesso das famílias limita o acesso aos serviços socioassistenciais de proteção básica ii. Maior desafio da Política de Assistência Social é de assegurar que seu projeto político-institucional possa amenizar ou erradicar a pobreza iii. A rede intersetorial no território rural necessita do debate sobre a atuação do profissional de serviço social 	<ul style="list-style-type: none"> i. O problema de pesquisa não é claro, nem objetivos específicos e geral ii. Equipe volante é abordada poucas vezes, mas é citada como um serviço da proteção social básica áreas rurais iii. Não traz dados de quantos territórios rurais atende
Moraes, 2021	<ul style="list-style-type: none"> i. A desigualdade de gênero é uma expressão da questão social que se manifesta no território rural ii. O acesso à educação, informação e cultura no território rural ainda se dá de forma bastante precária iii. A equipe volante é responsável pelo atendimento de diversas comunidades rurais distribuídas em um território extenso, limitando os serviços que devem ser ofertados iv. O trabalho da equipe volante possui automóvel inapropriado para o deslocamento, não garantindo segurança e saúde dos profissionais v. Predominantemente mulheres nos grupos de SCFV vi. Por meio da equipe volante é possível o profissional estimular a organização coletiva da comunidade para reivindicação desses direitos e realizar articulação intersetorial vii. Necessidade de intensificar a participação popular viii. As normativas que regulamentam os serviços podem ser instrumentos importantes na medida em que garantem condições de trabalho que não estão sendo cumpridas pelos gestores municipais em São Borja 	<ul style="list-style-type: none"> i. Não conceitua categorias importantes ii. Resumo não estruturado com informações que estruturam o texto iii. Não possui capítulo metodológico
Silva, 2019	<ul style="list-style-type: none"> i. A equipe volante está trabalhando de maneira atuante, levando palestras e conhecimentos aos longínquos locais da zona rural ii. O município deve promover cursos, capacitações e outros mecanismos de inclusão que propiciem aos sujeitos a sensação de pertencimento, autonomia e mudança de padrão social na prática 	<ul style="list-style-type: none"> i. Cita ações que não são atuações dos técnicos de equipes volantes como: verificar condições de higiene, verificar local apropriado para animais, reforçando práticas que retrocedem o trabalho do Serviço Social e não há uma crítica construtiva, mas sim menciona como uma quebra de protocolo das ações da equipe volante para o bem-estar.
Acuña; Manfrin, 2017	<ul style="list-style-type: none"> i. O maior público dentro dos serviços ofertados são as mulheres ii. A situação de vulnerabilidade e risco social é grande no território: baixas escolaridade e renda, alta concentração de idosos e única fonte de renda proveniente do rural. Com isso, se deu a instalação do CRAS – Equipe Volante iii. Ausência de homens nos serviços de PAIF e SCVF fragiliza o objetivo a ser alcançado 	<ul style="list-style-type: none"> i. Não possui ítem metodológico detalhado

Fonte: Elaborado pela autora

5 DISCUSSÃO

Qual o sentido dos resultados encontrados e sistematizados nos Quadros anteriormente apresentados? Neste capítulo serão discutidos os pontos de convergência dos manuscritos no que se refere aos limites e possibilidades de implementação da política ora estudada.

5.1 DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO EM TERRITÓRIOS RURAIS

Entre as problematizações levantadas há a concordância entre os autores referente às dificuldades dos profissionais em realizar as intervenções em territórios rurais. O território rural tem muito que avançar na implementação de políticas públicas, tanto na questão de infraestrutura, quanto no acesso digital dos serviços públicos como no investimento de políticas públicas direcionadas para cada território levando em consideração a particularidade e necessidade de cada comunidade. Há também poucos investimentos em recursos humanos para realizar as intervenções, proporcionando a inequidade no atendimento entre urbano e rural (NASCIMENTO, 2015).

Outro ponto a destacar-se é a ausência de formação continuada dos profissionais que atuam em territórios rurais, sendo a qualificação profissional, o meio de estar fortalecendo e aperfeiçoando o serviço a ser ofertado, à medida que os profissionais vão inserindo-se no território para implementação da política pública, eles vão desbravando e identificando as lacunas e as deficiências objetos de intervenções (SILVA; MACEDO, 2019).

A qualificação profissional é de suma importância para ofertar aos usuários serviços de qualidade, bem como auxiliar o agente político a ter acesso a informações atualizadas para a execução dos serviços. Quando não há a oferta de formação continuada, isso acaba interferindo negativamente na implementação da política de Assistência Social e até reforçando o caráter histórico de assistencialismo (NASCIMENTO, 2015).

A incipiência de publicações científicas que retratem a implementação de políticas sociais em territórios rurais é um dado a ser observado. Isto afeta diretamente no embasamento teórico que os profissionais necessitam para desenvolver a prática profissional. Conseqüentemente, ocorre a ausência de posicionamento político de alguns profissionais diante do fenômeno da pobreza no meio rural, encarando-o pela via da culpabilização, responsabilização e criminalização das famílias pobres (NASCIMENTO, 2015).

5.2 RELAÇÃO URBANO-RURAL

Outro ponto a destacar é como percebe-se o urbano e rural, estabelecendo uma dicotomia entre ambos, não só pela sociedade como também entre gestores de políticas públicas e implementadores. Trata-se de um desafio a ser superado para que o rural seja visto como um espaço tão importante quanto o urbano no que diz respeito à oferta de políticas públicas. Segundo Silva e Macedo (2019), o rural é concebido prioritariamente como local físico, separado da realidade urbana.

É fundamental para cidadãos que residem em territórios rurais terem os mesmos direitos de acesso a políticas sociais que os residentes do meio urbano. Há a necessidade de os agentes políticos pensarem no seu desenvolvimento, sendo este uma extensão do urbano e não um território diferente e limitado no que diz respeito ao acesso de políticas públicas. Logo, é primordial que a gestão dos municípios proporcione suporte ao trabalho do CRAS e das equipes volantes (MORAES, 2014).

A extensão territorial dificulta o trabalho de busca ativa das equipes volantes e consequentemente estas não conseguem ofertar serviços de PAIF e SCFV em todas as comunidades do território rural. Isto acaba limitando o acesso às políticas públicas para quem reside em áreas de difícil acesso, devido à distância do território urbano - onde se concentra a maior parte dos serviços (MORAES, 2021).

Há desafios na profissão em termos de produção científica sobre o território rural e consequentemente ausência de qualificação e até mesmo especializações direcionadas aos que trabalham em territórios rurais, com pouco investimento para implementação de políticas sociais nessa área (SILVA; MACEDO, 2019).

Com a ausência de recursos humanos, materiais e orçamentários é impossível implementar política pública. Conforme os oito textos analisados, a importância de equipes volantes para garantia de direitos sociais necessitam de investimentos para aperfeiçoar os serviços prestados, levando em consideração que as expressões da questão social como, pobreza, desemprego, violência ocorre tanto quanto no meio urbano, sendo assim, demandas que necessitam de intervenção pública.

5.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Outra questão levantada pelos autores é a precariedade nas condições de trabalho dos profissionais que atuam em território rural, destacando a insuficiência de recursos humanos nas

equipes técnicas e materiais, destaca-se a ausência de um meio de locomoção digno. Na ausência de recursos irá ocorrer: a precarização do trabalho, a polivalência dos profissionais, o seu adoecimento, a dificuldade na execução dos serviços, a não cobertura do atendimento, entre outros resultados negativos que as equipes volantes terão na execução de seus serviços (MORAES, 2021).

Essa é uma situação a ser superada para os serviços serem executados e, com isso, viabilizar direitos. A não oferta dos serviços públicos é uma violência estrutural. Por isso é importante para os residentes de territórios rurais organizarem-se coletivamente para dialogar com a gestão municipal a fim de superar as dificuldades e solucioná-las (MORAES, 2021).

A precarização resulta de um conjunto de demandas que se refere aos territórios extensos nos quais há muitas comunidades e pela distância territorial. Segundo Moraes (2021) e Nascimento (2015), os profissionais deparam-se pelas péssimas condições de trabalho às quais as equipes estão submetidas, como: formas de contratação precárias, intensificação do trabalho, falta de infraestrutura, insuficiência de profissionais e demandas amplas.

5.4 INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Como o Brasil é um país com extensão territorial extensa, a locomoção digna é de suma importância, pois irá proporcionar aos agentes políticos condições dignas e seguras de trabalho, bem como levar os serviços em territórios de difícil acesso garantindo a equidade no atendimento entre urbano e rural. Sem meio de transporte não há como desenvolver o trabalho. A ausência de um meio de transporte exclusivo para ações das equipes volantes mostra o quanto os serviços ofertados em territórios rurais não são priorizados (MORAES, 2021; NASCIMENTO, 2015; SILVA; MACEDO, 2019; MORAES, 2014).

Ainda, os profissionais não possuem um lugar adequado para operacionalizar os serviços estabelecidos pelas políticas públicas (ARAÚJO, 2016). Em muitas comunidades rurais não há infraestrutura física para a oferta dos serviços socioassistenciais. Para o profissional realizar seu trabalho a infraestrutura é fundamental não só por questões éticas, mas como direitos tanto do profissional como do usuário de receber um atendimento adequado (MORAES, 2021).

5.5 RECURSOS HUMANOS

A falta de recursos humanos faz com que o trabalho fique fragmentado e que serviços

realizados pela equipe volante sejam prejudicados, como, por exemplo, a busca ativa que é um serviço primordial para as áreas de difícil acesso. Ela garante que os direitos cheguem aos usuários, porém, sem a equipe técnica completa a busca ativa inexistente devido à sobrecarga dos profissionais, bem como pela extensão do território onde com poucos profissionais é difícil de chegar, como apontam Moraes (2021) e Silva (2019).

Sem recursos humanos, não só as ações ficam dificultadas, mas também seu planejamento, tal como a realização do diagnóstico do território, que requer envolvimento de múltiplos profissionais para reconhecerem as demandas existentes nos territórios, bem como dados para alimentar a vigilância socioassistencial do SUAS só é possível por meio de diagnóstico e equipe (SILVA, 2019; ROCHA; LEITE, 2017).

Todas essas limitações levam a outra concordância dos autores, referente aos gestores das esferas governamentais que não tem compreensão da importância da implementação de políticas sociais em territórios rurais. Isso resulta na precarização da atuação dos implementadores das equipes volantes e de outras políticas públicas, muitas vezes negligenciadas e sem interesse por parte do poder público nas três esferas de governo (NASCIMENTO, 2015).

Destaca-se também a ausência de equipe completa conforme orienta e regulamenta os serviços de equipes volantes (Portaria 303 de 8 de novembro de 2011), fato que acarreta a polivalência dos profissionais, seu adoecimento mental, precarização dos serviços prestados e na violação dos direitos dos usuários, quando não são atendidos por ausência de profissionais entre outras consequências (NASCIMENTO, 2015; COSTA; SILVA, 2019; MORAES, 2021; ACUÑA; MANFRINI, 2017; SILVA, 2019).

5.6 PREVALÊNCIA DE MULHERES

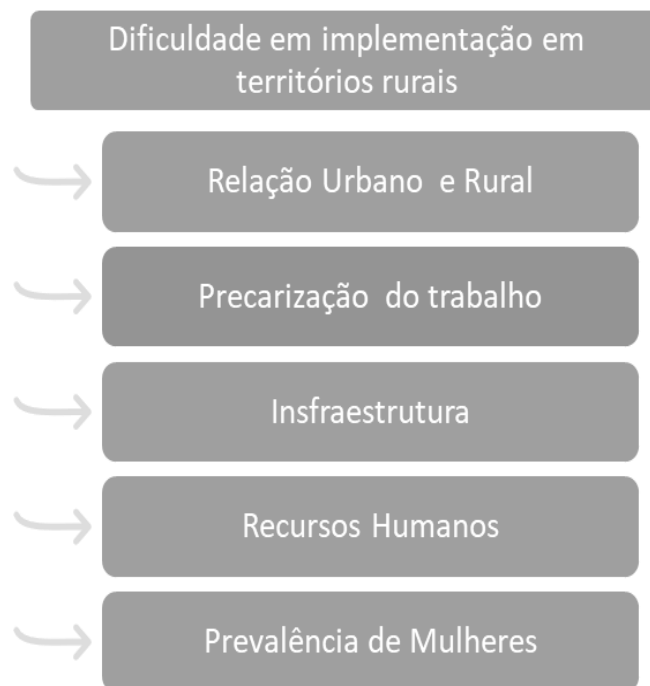
Outra concordância é a predominância de mulheres nas atividades ofertadas pelas equipes volantes, tanto no PAIF como no SCFV (MORAES, 2021) Fica para elas a disponibilidade de participação em grupos que incentivam o diálogo, a troca de experiências, bem como a prevenção. Já o sexo oposto é identificado como quem “trabalha fora” e não tem tempo ou interesse em participar de atividades coletivas (ACUÑA; MANFRIN, 2017).

Os homens não conseguem participar das atividades devido ao fato de estarem trabalhando, por isso pouco comparecem nas reuniões de grupos, de orientações, conscientização, sensibilização, dinâmicas etc. (ACUÑA; MANFRIN, 2017). O território rural ainda é um espaço onde há limitação de trabalho para as mulheres e, com isso, muitas são “do

lar” (MORAES, 2021). Assim, as mulheres são quem participam das atividades de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

A Figura 7, expõe sucintamente os principais limites de implementação das equipes volantes em territórios rurais - abordadas até o momento. A seguir serão exploradas as convergências das publicações no que se refere às possibilidades de implementação.

Figura 7 - Principais concordâncias nos limites de implementação pelos autores analisados



Fonte: Elaborado pela autora

5.7 ROMPIMENTO COM PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos implementadores da PNAS por meio das equipes volantes, vale ressaltar que as intervenções atuais do SUAS, conforme Moraes (2014) e Nascimento (2015), desafiam os profissionais a buscarem estratégias e ações que buscam romper com os limites existentes e com as práticas assistencialistas tradicionais na execução da PNAS.

O incentivo à articulação com organizações comunitárias, movimentos sociais e outros equipamentos sociais que estão mais próximos às famílias, são ações que fortalecem o trabalho, bem como promovem a articulação comunitária, emancipação e visão da importância do

movimento comunitária para conquista de direitos sociais (MORAES, 2021).

O rompimento de práticas assistencialistas é um fator a ser destacado, pois as equipes volantes possuem sua fundamentação nas diretrizes do SUAS, que prevê a emancipação dos usuários garantindo seus direitos básicos e a superação de práticas assistencialistas. É importante ver a PNAS como política pública e disseminar esse caráter para quem dela necessitar (NASCIMENTO, 2015).

Mesmo que Silva (2019) cite práticas que retrocedem e sobrecarregam os profissionais ao executarem ações que são demandas de outras políticas, o restante da literatura aponta a equipe volante como um serviço que possibilita o rompimento de práticas assistencialistas. Moraes (2014) ressalta que é fundamental o compromisso ético político dos profissionais para execução dos serviços.

Assim, os serviços ofertados pelas equipes volantes contribuem para o resgate da autonomia dos usuários em uma perspectiva de emancipação do sujeito, mesmo diante dos desafios. O incentivo à formação continuada dos profissionais é uma estratégia para o rompimento das práticas assistencialistas, bem como o acesso de famílias que residem em áreas de difícil acesso terem a possibilidade de, na sua comunidade, acessem direitos básicos.

5.8 ACESSO À SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

As equipes volantes deslocando-se para os territórios rurais possibilitam o acesso de usuários que se encontra em situação de vulnerabilidade social ou risco o acesso a direitos assistenciais que são fundamentais para a dignidade humana, por exemplo, benefícios eventuais e encaminhamento para outros setores do SUAS e demais políticas públicas (NASCIMENTO, 2015; MORAES, 2014).

As equipes volantes possibilitam intervenções individuais para pessoas com deficiência e idosas por meio de visitas domiciliares para inclusão nos serviços assistenciais e acompanhamentos. Da mesma forma, ela atende a demandas judiciais, promotoria e conselho tutelar (MORAES, 2021).

Em suma, os serviços ofertados pelas equipes volantes atendem às mesmas demandas dos serviços ofertados no território urbano, tais como o PAIF e o SCFV. Esse trabalho é um grande avanço da PNAS quando se trata de atender quem dela necessitar, da mesma forma que coloca em prática o princípio da universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas políticas públicas (BRASIL, 2004).

5.9 TRABALHO EM REDE

A articulação dos profissionais com a comunidade residente em territórios rurais é fundamental para conseguir avançar em algumas intervenções, pois a própria comunidade acaba sendo parceira para o serviço público chegar até as áreas de difícil acesso. Assim, proporciona movimento na comunidade bem como desafia usuários a articular-se para a melhoria no acesso e atendimento que necessitam. Quando articuladas com movimentos sociais e outros órgãos do Estado, as ações das equipes volantes podem contribuir para o acesso da população rural a direitos sociais (NASCIMENTO, 2015).

O trabalho em rede com demais políticas públicas é fundamental para a garantia e viabilidade de direitos sociais, sendo os profissionais das equipes volantes. Agentes políticos poderão identificar as principais expressões da questão social e fazer os devidos encaminhamentos para os demais setores que implementam outras políticas públicas que são fundamentais para dignidade humana (MORAES, 2021).

A rede e sua articulação é um desafio constante, porém, fundamental para aprimoramentos dos serviços públicos, bem como para fortalecimento dos serviços e sua execução. Cada usuário e família possuem suas particularidades no que diz respeito a questão do acesso em suas necessidades. A ausência de políticas públicas no território rural, limita o acesso de muitos e o trabalho em rede facilita e promove esse acesso (ROCHA; LEITE 2017).

O atendimento da equipe volante torna-se a porta de entrada para demais atendimentos. Os técnicos do serviço social são fundamentais para a articulação ético-política com demais colegas e gestores dos serviços públicos para a viabilização do acesso a informações e direitos.

5.10 COBERTURA NO ATENDIMENTO A ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO

A equipe volante é o único serviço da rede de proteção socioassistencial que se desloca até os territórios rurais e proporciona tanto acesso a benefícios assistenciais, como a oferta do PAIF e do SCFV, que são ações que constituem a proteção social básica (MORAES, 2021; ROCHA; LEITE 2017).

Proporcionar a cobertura no atendimento das áreas de difícil acesso é fundamental, pois a inclusão desses usuários fortalece os serviços do SUAS e proporciona acesso a quem não tem como deslocar-se ao território urbano. Mesmo tendo muito a avançar e abranger todos os territórios de difícil acesso, os serviços disponibilizados pela equipe volante proporcionam melhor qualidade de vida aos usuários, nos territórios que os serviços conseguem chegar, diante

de suas possibilidades.

O acesso a oficinas de aprimoramento pessoal, como de geração de trabalho e renda e outras ações preventivas promovem o fortalecimento de vínculos e a autonomia. Estas ações proporcionam a convivência comunitária, bem como descobertas das peculiaridades de cada território (MORAES, 2014).

Além disso, o SUAS em suas atividades prevê a matricialidade sociofamiliar que é um meio de atender a família como um todo. As equipes volantes dentro de suas atribuições conseguem desenvolver as atividades pautadas nessa categoria, promovendo assim os serviços de PAIF e SCFV.

5.11 AÇÕES PREVENTIVAS

As ações preventivas são pautas da proteção social básica. Assim, ações das equipes volantes proporcionam à comunidade que reside em território rural a possibilidade de vivência, diálogo, interação entre as culturas e, particularmente, fortalecimento da autoestima, empoderamento e autonomia.

O fato de a mulher distanciar-se de seus afazeres domésticos durante as atividades do SCFV ou PAIF, lhe proporcionam um momento dedicado a elas e a importância de investir-se em si, principalmente no seu bem-estar e cuidado.

Nas comunidades rurais verifica-se uma sobrecarga de trabalho feminino em seus lares, uma questão cultural na qual o homem sai para trabalhar e a mulher cuida da casa. Por isso a importância da matricialidade sociofamiliar, ou seja, o trabalho de prevenção como um todo na conjuntura familiar (MORAES, 2021). Esta é uma diretriz do SUAS que efetiva as ações e serviços da política de Assistência Social (ACUÑA; MANFRIN, 2017). Percebe-se que só se consegue a superação de uma situação de vulnerabilidade ou violência trabalhando a família e suas relações.

5.12 BUSCA ATIVA

A busca ativa é uma atividade da vigilância social, de caráter preventivo, que busca identificar no território de abrangência as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social que não possuem informação nem acesso aos direitos socioassistenciais (MORAES, 2014). Ela busca por peculiaridades, necessidades e demandas existentes, sendo uma ferramenta para gerar informações que subsidiem intervenções coerentes com a realidade social da comunidade

(NASCIMENTO, 2015).

O serviço possibilita o acesso a efetivação dos direitos dessas pessoas que residem fora da área de contato com o CRAS central. Por meio dos atendimentos realizados é possível analisar situações vivenciadas por todas as famílias, como a vulnerabilidade que contribui para sua desproteção (ACUÑA; MANFRIN, 2017). Assim, mediante a equipe volante é possível realizar acompanhamento familiar, informações, encaminhamento e palestras em parceria com outras políticas públicas (SILVA, 2019).

5.13 A CATEGORIA TERRITÓRIO

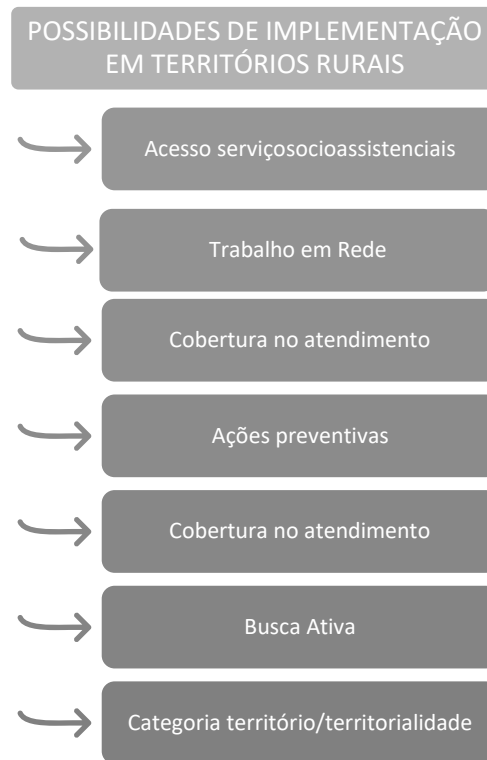
As categorias conceituais território e territorialidade, mesmo não tendo definições precisas, são cruciais para o SUAS, que dentro de seus serviços tem o território como uma categoria para os serviços de proteção social básica. A partir dele, a equipe volante gera conhecimento sobre famílias e suas principais características (ROCHA; LEITE, 2017).

Para Silva e Macedo (2019), identificar a particularidade de cada território e realizar seu diagnóstico e planejamento são atribuições das equipes volantes. Segundo Nascimento (2018), o território é estabelecido como local de características históricas, culturais e sociais. A territorialidade possui múltiplas expressões sociais, econômicas e culturais que demandam ações da gestão pública municipal.

Rocha e Leite (2017), por seu turno, ressaltam que a territorialização se dá a partir do levantamento de dados quanto a características epidemiológicas - caso da saúde - sociais e econômicas - caso da assistência social - comuns a determinadas áreas, a partir de suas ocupações, transformando-as em territórios de sua ação (FARIA; BORTOLOZZI, 2009 *apud* ROCHA; LEITE 2017). Assim, o território se estabelece a partir de expressões da sua realidade (ROCHA; LEITE, 2017).

Para Moraes (2014) a territorialização refere-se ao diagnóstico socioterritorial das situações de vulnerabilidade e risco social como também dos seus serviços. O território possui características próprias com potencialidades e limites, sendo necessário avaliar socialmente sua realidade a fim de descobrir mediações para o processo emancipatório. Ele não pode ser caracterizado apenas como um espaço geográfico, mas um espaço com heterogeneidades em relação aos outros territórios de um dado município (MORAES, 2014; COSTA; SILVA, 2019).

Figura 8 - Concordância nas possibilidades de implementação de equipes volantes



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 8, são sumarizadas as principais concordâncias no que se refere às possibilidades de intervenção, as quais são cruciais para discussão sobre implementação de equipes volantes em territórios rurais.

Mesmo tendo muito o que avançar, esta revisão de escopo traz as principais problematizações abordadas pelos autores. A partir dela é possível ter um parâmetro do que deve ser superado e o que deve ser mantido e aperfeiçoado por implementadores deste serviço da proteção social básica do SUAS.

6 CONCLUSÃO

Conclui-se que a partir do que foi exposto a implementação da equipe volante deve avançar no sentido de compromissar os gestores da PNAS com a execução de sua regulamentação, que prevê seus serviços e diretrizes que normatizam e estabelecem como deve ser implementada esta política pública.

Diante da literatura recenseada, chegou-se a um número pequeno de trabalhos para análise, fato que demonstra a falta de interesse científico para com o tema pesquisado: equipe volantes e sua implementação. Não foi localizada, por exemplo, nenhuma tese de doutorado sobre o tema, nem mesmo trabalhos quantitativos ou mais robustos em termos metodológicos que pudessem generalizar seus resultados. Consequentemente, tais ausências prejudicam a geração e sistematização de evidências científicas mais substantivas sobre as equipes volantes.

Da mesma forma, esta própria pesquisa possui lacunas e limitações, devido a alguns dos textos selecionados não se aprofundarem no trabalho implementado pela equipe volante, mas sim no trabalho da PNAS de modo geral. Há limites, portanto, nos achados aqui encontrados.

Na medida em que há poucas publicações, há muitas lacunas ainda a serem respondidas sobre o objeto de pesquisa analisado. A revisão de escopo possibilitou fazer um levantamento geral do que a literatura está discutindo sobre a implementação de equipes volantes, ou seja, ofereceu-se aqui um cenário geral sobre o tópico de estudo escolhido a partir de *papers* em anais de congressos, artigos científicos, dissertações e TCCs.

Mesmo com essas limitações, foi possível jogar alguma luz sobre a produção de conhecimento sobre o tema. Encontrou-se consenso a respeito da importância desse serviço no que se refere à garantia de direitos, e, particularmente, no avanço do debate que deve dirimir a dicotomia entre o urbano e o rural.

A revisão de escopo é uma metodologia ímpar para trazer ao leitor o que os pesquisadores estão problematizando a respeito dos limites e possibilidades de implementação de equipes volantes em territórios rurais, possibilitando uma agenda para ser discutida pelos agentes políticos.

Trazer para as ciências sociais evidências científicas sobre implementação de políticas públicas é um avanço tanto para agentes políticos como para a comunidade acadêmica, pois possibilita trazer dados qualitativos - no caso desta pesquisa - que serão úteis para compreender, planejar e implementar os serviços executados por equipes volantes.

Embora tenha muito a avançar, os serviços implementados pela equipe volante são fundamentais para proporcionar aos residentes de territórios rurais a dignidade do acesso a

mínimos sociais.

Trata-se de um serviço que merece ser discutido e problematizado pelas pesquisas em ciências sociais e políticas públicas, pois ele é responsável por levar políticas sociais até onde elas não chegam. Dar visibilidade a este serviço é trazer para a sociedade as múltiplas expressões da questão social que existem no território rural, que muitas vezes não são vistas, bem como não são discutidas e incluídas nas agendas políticas como necessidades urgentes a serem enfrentadas pelos poderes públicos.

As políticas públicas inexistentes e necessárias no território rural são muitas e abrem problemas a serem respondidos por outras pesquisas. Objetivo a ser atingido pelos desdobramentos acadêmicos desta dissertação e por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Mislaine; MANFRIN, Silvia. Os enfrentamentos para efetivação do trabalho sociofamiliar na equipe volante do CRAS no distrito de Guachos de Martinópolis. **Seminário Integrado entre Oficinas, Disciplinas e Estágio da Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente**, v. 11, n. 11, 2017. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/view/6763/6447>. Acesso em: 13 fev. 2022.

ARAUJO, Jucinéia Silva. **Relação teoria e prática do serviço social na política de assistência social em território rural no município de Poconé-MT**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Universitário UNIVAG. Cuiabá, 2016. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/servsocial/issue/current>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BEATO, Cláudio; Filho, SILVEIRA, Andréa Maria. Efetividade e Avaliação em Programas de Prevenção ao Crime em Minas Gerais. Artigo Estratégico. In: Instituto Igarapé (Org.). **Tornando as cidades brasileiras mais seguras**: edição especial dos diálogos de segurança cidadã. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014. p. 30-51. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p3.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BITTENCOURT, Maiane Aldlin. **Por que alguns países elegem mais mulheres e outros menos?** Uma revisão de escopo da literatura internacional sobre o efeito dos sistemas eleitorais na representação feminina nos parlamentos nacionais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Benefícios eventuais**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/assistencia-social/beneficios-eventuais-1>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/paefi>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Proteção social básica**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/participar-de-servicos-da-protecao-social-basica-programas-e-beneficios-assistenciais>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. **Proteção Social Especial**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/participar-de-servicos-da-protecao-social-especial>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). In: **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Portaria n. 303 de 8 de novembro de 2011**. In: Diário Oficial da União, Brasília, 09 de novembro de 2011. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-303-de-8-de-novembro-de-2011/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Decreto 9.203 de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de novembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Síntese de Evidências para Políticas de Saúde**: estimulando o uso de evidências científicas na tomada de decisão. Brasília: Ministério da saúde, 2015. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_politicas_saude_1ed.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Centro de Referência Especializado em Assistência Social**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Equipe Volante**. Brasília, 2020. Disponível em: [ww.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/equipe-volante](http://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/equipe-volante). Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. **II Plano decenal da assistência social (2016/2026) “Proteção Social para todos/os/as brasileiros/as”**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decenal_AssistenciaSocial.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Benefício de Prestação Continuada**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios->

assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Resolução n. 109 de 11 de novembro de 2009. *In: Diário Oficial da União*, Brasília, 12 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/legislacao/1577/fpKRnvtGlyKtMJ13Pdcjy70Ck5kg5kuz.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **CapacitaSuas Volume 1 (2008) SUAS: Configurando os Eixos de Mudança / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Brasília: MDS, 2008, 136 p. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1CVvlZPJwRKLkc0tPTy1ebQ8yN9k7XFvK/edit#>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CODATO, A.; LORENCETTI, M. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. *In: BOLOGNESI, B.; PERES, G. S. (Eds.). O que ler na Ciência Política hoje*. São Paulo: ANPOCS, 2020.

CORDEIRO, Luciana; SOARES, Cassia Baldine. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 20, n. 02, p. 39-43, 2019. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/bis/48969002miolointernet.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

COUTO, B. *et al.* Implantação, implementação e condições de funcionamento do SUAS nos municípios. *In: COUTO, B. et al. (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2012.

KUGLEY, Shannon *et al.* (2017). Searching for studies: a guide to information retrieval for Campbell systematic reviews. **Campbell Systematic Reviews**, v. 13, n. 1, p. 1-73, 2017. Disponível em: <https://www.campbellcollaboration.org/library/searching-for-studiesinformationretrieval-guide-campbell-reviews.html>. Acesso em: 01 jun. 2022.

GRANT, Maria J; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Info Libr J**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19490148/>. Acesso em: 04 set. 2021.

ELIAS, F. T. S. Avaliação de Tecnologias em Saúde: propósitos e desenvolvimento no mundo e no país. *In: TOMA, T. S.; PEREIRA, T. da V.; VANNI, T.; BARRETO, J. O. M. Avaliação de Tecnologias de Saúde & Políticas Informadas por Evidências*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

FARIA, Rivaldo Mauro de; BORTOLOZZI, Arlêude. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da Geografia da Saúde no Brasil. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 17, p. 31-41, 2009. Disponível em: https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/espaco_territorio_e_saude.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

IPEA. **Avaliação de Políticas Públicas Guia prático de análise ex post**. Brasília, 2018. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34504. Acesso em: 28 dez. 2020.

IPEA. **Deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Assistencia_social_V/deliberacoes_5_conferencia_assistencia_social.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 85, p. 98-108, 2005.

KOPITTKE, A. L. **Segurança pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

MENEZES, Sáskia Sampaio Cipriano de; CORREA, Consuelo Garcia; SILVA, Rita de Cassia Gengo; CRUZ, Diná de Almeida Monteiro. Raciocínio clínico no ensino de graduação em enfermagem: revisão de escopo. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 49, n. 6, p. 1.037-1.044, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/bpxZYBT6QrbchCbJMxkVvB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MORAES, Raquel. **Análise da Política de Assistência Social nos Centros de Referência da Assistência Social de Bagé/RS**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2014. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/RAQUEL.NEBEL_An%C3%A1lise-da-Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%A2ncia-Social-nos-Centros-de-Refer%C3%A2ncia-de-Assist%C3%A2ncia-Social-de-Bag%C3%A9-RS.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

MORAES, Kelvin Fontella. **O trabalho da equipe volante na área rural de São Borja**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Pampa. São Borja, 2021. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/6196/1/Kelvin%20Fontella%20de%20Moraes%202021.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

NASCIMENTO, Marília Noronha Costa do. **As ações das Equipes Volantes dos Centros de Referência de Assistência Social no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20268/1/MariliaNoronhaCostaDoNascimento_DISSERT.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

HOHENDORFF, J. V. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (Eds.). **Métodos de pesquisa: manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 53-67.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic reviews in the social sciences: a practical guide**. Hoboken: Blackwell Publishing, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2021.

ROCHA, Angélica de Santana; LEITE, Marcos Esdras. Readequação de territórios da política de assistência social na cidade de Montes Claros-MG. **Serviço Social em Revista**, v. 19, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/26438>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SANTOS, Sandro Pereira. **Avanços e Limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Gestão do Trabalho: concepção e significado para o SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestaodotrabalhosuas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, Tania Maria Soares da. Política de assistência social: equipe volante do CRAS em Luzilândia-Pi. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do [...]**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/749/729>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SOUZA, Luís Manuel Mota *et al.* Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **RPER**, v. 1, n. 1, p. 45-54, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/232112845.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SILVA, Katya de Brito; MACEDO, João Paulo. A Concepção dos Psicólogos do Rural nas Políticas Sociais. **Av. Psicol. Latinoam.**, v. 37, n. 2, p. 345-360, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-47242019000200345&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jan. 2022.

SILVA, Katya de Brito; MACEDO, Joao Paulo. The Conception of Psychologists on the Rural in Social Policies. **Av. Psicol. Latinoam.**, v. 37, n. 2, p. 345-360, 2019. Disponível: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-47242019000200345&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2022.

WHITE, H. The twenty-first century experimenting society: the four waves of the evidence revolution. **Palgrave Communications**, v. 5, n. 47, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-019-0253-6.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ANEXO I

Quadro VIII. Síntese Proteção Social Especial

Proteção Social Especial	
CREAS e outras unidades de atendimentos	
Público-alvo:	Todas famílias ou indivíduos sozinhos que se encontrem em situação de risco, de violência ou de outras formas de violações de direitos.
Serviços de Média Complexidade:	
Serviço I. PAEFI: Proteção e atendimento especializado às famílias e indivíduos	
É um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.	
Público	Pessoas e famílias que sofrem algum tipo de violação de direito, como violência física e/ou psicológica, negligência, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras.
Serviço II. Serviço Especializado em Abordagem Social	
Esse serviço visa identificar famílias e pessoas com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Promover ações para reintegrar o usuário do Serviço à família e à comunidade; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias;	
Público:	Público: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

Unidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS.
Serviço III. Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias	
Pessoas com deficiência e/ou idosas com dependência, ou seja, que necessitam de cuidados de outras pessoas para realizar atividades básicas diárias, que tiveram seus direitos violados. Também são atendidos os cuidadores e familiares.	
Público:	Idosos, pessoas com deficiência e familiares;
Unidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS.
Serviço III. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	
O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A finalidade é prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens encaminhados pela Vara de Infância e Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente ou Juiz Singular. Também cabe ao CREAS fazer o acompanhamento do adolescente, contribuindo no trabalho de responsabilização do ato infracional praticado.	
Público:	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.
Unidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
Serviço IV. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;	
Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da	

autonomia.	
Público:	Pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e familiares
Unidade	Domicílio do usuário, centro-dia, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Unidade Referenciada.
Serviço V. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.	
Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.	
Público:	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.
Unidade	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
Proteção Social Especial – Alta Complexidade	
Serviço I. Serviço de Acolhimento Institucional	
Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual	
Público:	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas com deficiência, idosos e famílias
Unidade	Para crianças e adolescentes: - Casa-Lar; - Abrigo Institucional. Para adultos e famílias: - Abrigo institucional; - Casa de Passagem. Para mulheres em situação de violência:

	<ul style="list-style-type: none"> - Abrigo institucional. <p>Para jovens e adultos com deficiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Residências inclusivas. <p>Para idosos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Casa-Lar; - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos)
Serviço II. Serviço de Acolhimento em República	
<p>Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com</p> <p>vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a</p> <p>integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço</p> <p>deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e</p> <p>independência de seus moradores.</p>	
Público	Jovens entre 18 e 21 anos, adultos em processo de saída das ruas e idosos.
Unidade	República
Serviço III. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;	
<p>Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o</p> <p>retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.</p>	
Público:	Crianças e adolescentes, inclusive aqueles com deficiência, aos quais foi aplicada medida de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente

	impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.
Serviço IV. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.	
O serviço promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas	
Público:	Famílias e indivíduos
Unidade	Unidade de referência da Proteção Social Especial e residência da Família Acolhedora.

Fonte: (BRASIL, MDS, 2014¹²)

¹²

Brasil.

Disponível

em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf.

Acesso

em:

20/08/2021.

ANEXO II

1ª Etapa –
Preparação da
revisão sistemática

Problema de pesquisa

Quais as evidências científicas referentes aos problemas de implementação e possibilidades de intervenção da equipe volante em territórios rurais?

Objetivos

Geral:

Mapear as evidências científicas referentes aos problemas de implementação e possibilidades de intervenção da equipe volante em territórios rurais.

Específicos

- Identificar os principais problemas e desafios de implementação do SUAS em territórios rurais por meio da equipe volante.
- Mapear quais as possibilidades de intervenção exitosa da equipe volante em territórios rurais;
- Oferecer evidências que forneçam melhores subsídios aos gestores públicos envolvidos com a política de assistência social em territórios rurais.

Variável independente

- SUAS em territórios rurais

Variável dependente

- Desempenho da implementação das políticas do SUAS

CrITÉRIOS de inclusão

- Resultados de pesquisas empíricas referentes à implementação de políticas do SUAS em territórios rurais
- Revisões de Literatura Sistemáticas que abordam como vem sendo operacionalizado o SUAS em territórios rurais

CrITÉRIOS de exclusão

- Resultados de pesquisa de políticas sociais não direcionada para áreas rurais
- Resultados de pesquisa de outras etapas do ciclo de políticas públicas

que não implementação e a avaliação

-

Filtros

- Idiomas: inglês, português e espanhol;
- Recorte temporal: trabalhos publicados entre 2005 - 2021
- Literatura branca e cinza;

Fontes

- Scopus
- Web of science
- Teses e dissertações CAPES
- Google Scholar

Outras fontes

- Consulta aos especialistas da área de Assistência Social;
- Sítios eletrônicos em GTs de eventos do Campo de Públicas, Ciência Política, Sociologia e Serviço Social.
- Consulta às citações recebidas de textos (bola de neve);

Construção das estratégias de busca

- Elaboração das expressões de busca (string) e suas adaptações para cada uma das bases pré-selecionadas;

2ª Etapa – Busca dos estudos

Processo de busca

- Busca ativa por literatura cinza nas fontes alternativas estipuladas;
- Busca ativa por meio do contato eletrônico junto aos especialistas sobre burocracia previamente definidos;
- Busca nas fontes selecionadas;

3ª Etapa – Seleção dos estudos

Unificação dos resultados

- Utilização do diagrama PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) na condução desta etapa;
- Importação dos resultados das buscas para o software StArt (State of Art);

Exclusão dos resultados duplicados

- Realizada automaticamente no StArt;

Triagem dos estudos segundo os critérios de elegibilidade

- Leitura dos títulos e resumos no StArt;
- Etapa realizada por pelo menos 2 pesquisadores, sendo um deles especialista em métodos de pesquisa (o orientador);

4ª Etapa – Avaliação dos estudos selecionados	<p>Leitura integral dos artigos incluídos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação da validade interna dos estudos (consistência metodológica); ● Avaliação da validade externa dos estudos (poder explicativo); ● Utilização dos formulários (<i>checklist</i>) da CASP (<i>Critical Appraisal Skills Programme</i>) para avaliação crítica dos estudos ● Etapa realizada por pelo menos 2 pesquisadores, sendo um deles especialista em métodos de pesquisa (o orientador); ● Nesta etapa estudos poderão ser excluídos
5ª Etapa – Extração das características e resultados dos estudos	<p>Extração de informações dos estudos incluídos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Extração de informações com auxílio do StArt; ● Extração de dados com auxílio do StArt ● Análise dos resultados
6ª Etapa – Análise dos resultados	<p>Escrita da revisão sistemática</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Produção das sínteses de evidências; ● Discussão dos resultados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Campbell Collaboration (2017)